

## Nova agenda econômica inclui novo programa de emprego e lei de falências



Depois da aprovação do novo marco do saneamento pelo Congresso, o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, antecipou ao Estadão/Broadcast que quatro projetos devem ganhar prioridade na agenda econômica daqui para frente: o fortalecimento de programas sociais, o novo programa de incentivo ao emprego, uma nova lei de falências e projeto para melhoria do mercado de crédito, de capitais e de garantias.

Na sua avaliação, essas medidas “provavelmente” vão sair na frente num ambiente em que a articulação

política melhorou bastante. Sachsida disse que é possível colocar de pé no segundo semestre o fortalecimento dos programas sociais do governo, com o Renda Brasil, que estará conectado ao novo programa de emprego.

“Dada a magnitude da crise, a prioridade é colocar de pé um programa robusto de assistência social para fazer frente a essa nova realidade que vai emergir no pós-pandemia”, disse. O secretário descartou, no entanto, a adoção de programa de Renda Básica universal, como vem sendo defendido por economistas de diversas correntes de pensamento. Segundo ele, dada a realidade

fiscal do Brasil, é mais “prudente” focar a aplicação dos recursos nas camadas mais vulneráveis.

“É um programa que coloca recursos orçamentários e retira de programas poucos eficientes e passa para programas mais eficientes no combate à pobreza. Essa é a prioridade junto com o programa de emprego”, ressaltou. O ministro da Economia, Paulo Guedes, já disse que a nova Carteira Verde-Amarela, que reduzirá encargos sobre a folha de pagamentos, vai focar 30 milhões de trabalhadores que hoje recebem o auxílio emergencial.

Biznews



## Anac aprova documentos para licitação da 6ª rodada de aeroportos

Página - 07

## Economia



### Plano Safra terá mais recursos e menos juros

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) anunciou a entrada em vi-

gor do novo Plano Safra. O dinheiro do financiamento pode ser acessado a partir de hoje (1º de julho) até 30 de junho de 2021. O volume de recursos disponíveis é de R\$ 236,3 bilhões – R\$ 13,5 bilhões (6%) acima do financiamento entre 2019 e 2020.

Página - 03

### Banco do Brasil pretende emprestar R\$ 3,7 bi para micro e pequenas empresas

O Banco do Brasil anunciou, nesta quarta-feira (1º), que pretende emprestar R\$ 3,7 bilhões às micro e pequenas empresas dentro do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte).

Página - 03



### Brasil é o quinto país com maior dificuldade para o home office

Em um índice com 30 países, que inclui Estados Unidos, China e África do Sul, o Brasil é o quinto país

com maior dificuldade de implementar o home office em larga escala. A conclusão está em um novo estudo do MIT (Massachusetts Institute of Technology), que indica que há países com melhores condições de prosperar economicamente em meio ao lockdown e distanciamento social.

Página - 13

## Economia

### Violência marca estreia da nova lei de segurança chinesa em Hong Kong



**H**ong Kong virou palco de uma batalha campal entre ativistas pró-democracia e policiais no primeiro dia de vigência da nova lei de segurança nacional, imposta por Pequim ao território semiautônomo.

Como nos mais violentos dias dos protestos do ano passado, que tiraram a economia hongconguesa do prumo e jogaram a região em caos político, houve barricadas com fogo, balas de borracha, spray de pimenta, canhões d'água, tijolos jogados, vandalismo de lojas e feridos leves de lado a lado.

Ao menos 320 pessoas foram presas, 9 delas enquadras na rigorosa lei, que

visa coibir atos considerados de secessão, subversão, terrorismo ou conluio com potências estrangeiras contra a ditadura comunista chinesa.

“É o fim do nosso país como o conhecemos, o fim do ‘um país, dois sistemas’”, disse por mensagem de aplicativo o deputado opositor Kwok Kaki, acerca do regime híbrido vigente em Hong Kong, onde há liberdade econômica total e política, relativa.

Nesta quarta (1º), tradicionalmente ocorre uma passeata para relembrar o aniversário da devolução da então colônia britânica para a China, após 155 de domínio, em 1997. O tom sempre

foi crítico a Pequim, e neste ano o governo local proibiu o evento.

Ainda assim, dezenas de milhares de pessoas se concentraram em ruas de Causeway Bay, o metro quadrado comercial mais caro do mundo mesmo com a desvalorização que a crise política de 2019 trouxe.

Por volta das 13h (2h em Brasília), começaram os protestos. A polícia fez subir uma nova bandeira de advertência, roxa, avisando que cantos e faixas pró-independência seriam puníveis pela nova lei. O estandarte anterior, azul e alertando sobre a ilegalidade do ato, continuou sendo usado.

Igor Gielow/Folhapress

### EUA: casos de covid-19 dobram em junho em pelo menos 10 estados



**O**s casos de infecções pelo novo coronavírus mais que dobraram em junho em pelo menos 10 estados norte-americanos, incluindo a Flórida e o Texas, mostrou análise da Reuters nessa terça-feira(30).

O Arizona registrou o maior salto do número de casos no mês, com uma disparada de 294%, seguido pela Carolina do Sul e o Arkansas. Os casos também mais que dobraram no Alabama,

### OMS: relaxar medidas cedo pode causar nova onda de covid-19

**P**aíses, estados e municípios que relaxam cedo demais as medidas de restrição impostas para conter o novo coronavírus podem ser inundados com novos casos de covid-19, alertou a diretora regional da Organização Mundial da Saúde (OMS) para as Américas, Carissa Etienne, nessa terça-feira (30), em entrevista coletiva por videoconferência.

Nos Estados Unidos (EUA), os estados de Washington e Nova York estão vendo números muito baixos de novos casos e mortes, mas 27 estados estão registrando crescimento exponencial, disse Etienne, que também é diretora-geral da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

A região das Américas registrou 5,1 milhões de casos e mais de 247 mil mortes devido à covid-19 até 29 de junho, acrescentou.

O número de mortes em decorrência da covid-19 na América Latina pode chegar a 438 mil até outubro se as medidas preventivas não forem cumpridas pelos países da região, alertou a diretora.

No momento, as mortes pela doença respiratória provocada pelo novo coronavírus na região estão em quase 114 mil, cerca de um quinto do número global de óbitos, de acordo com mapeamento da Reuters.

As Américas são o epicentro mundial da pandemia de coronavírus atualmente, e a cifra da região como um todo pode quase triplicar e atingir 637 mil até o dia 1º de outubro, disse Carissa, ponderando, no entanto, que projeções de modelos matemáticos não devem ser entendidas literalmente, mas somente como diretrizes de planejamento.

Anthony Boadle/Reuters/ABR



em Nevada, na Carolina do Norte, em Oklahoma e Utah.

Nacionalmente, os casos nos Estados Unidos aumentaram pelo menos 43% e as mortes aumentaram 20%, de acordo com o levantamento. Vários estados ainda não atualizaram seus casos.

Embora grande parte do mundo pareça ter se livrado do pior momento da pandemia, os Estados Unidos e outros países, como o Brasil, ainda estão registrando números diários enormes de casos e mortes por covid-19.

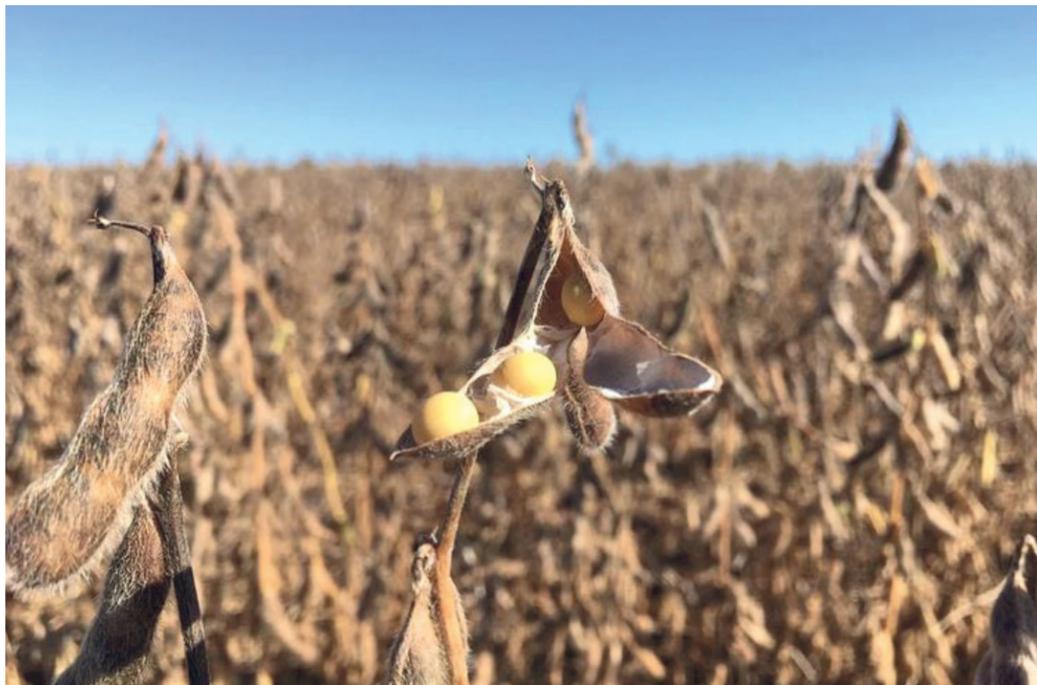
Nos seis meses decorridos desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS) informou pela primeira vez sobre um conjunto de casos misteriosos de pneumonia em Wuhan, na China, mais de 500 mil pessoas morreram devido ao novo coronavírus no mundo, incluindo mais de 126 mil norte-americanos.

Uma forte resposta nacional, quarentenas rigorosas e o uso obrigatório de máscaras em público ajudaram a controlar a pandemia em grande parte da Ásia e da Europa.

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque  
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda  
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

## Plano Safra terá mais recursos e menos juros



O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) anunciou a entrada em vigor do novo Plano Safra. O dinheiro do financiamento pode ser acessado a partir de hoje (1º de julho) até 30 de junho de 2021. O volume de recursos disponíveis é de R\$ 236,3 bilhões – R\$ 13,5 bilhões (6%) acima do financiamento entre 2019 e 2020.

Do volume total de recursos, o governo prevê que o Plano Safra financiará até R\$ 179,38 bilhões para custeio na lavoura, comercialização e industrialização e R\$ 56,92 bilhões para investimentos – por exemplo, para a renovação de frota de uso na colheita e aumento de capacidade de armazenagem.

De acordo com o ministério, o volume do financiamento “contribuirá para garantir a continuidade

da produção no campo e o abastecimento de alimentos no país durante e após a pandemia do novo coronavírus.”

O Banco do Brasil, principal agente financeiro do Plano Safra, vai destinar R\$ 103 bilhões para a agricultura – 11% além do ofertado no período 2019-2020. Segundo o BB, todas as linhas de financiamento, de custeio ou de investimentos, tiveram redução das taxas de juros.

O custo do crédito para produtores rurais inscritos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) vai variar de 2,75% a 4% ao ano para custeio e comercialização. No Plano Safra do período anterior, a variação era de 3% a 4,6% ao ano.

Houve redução dos juros também para produtores rurais assistidos pelo Programa Nacional de Apoio ao Médio

Produtor Rural (Pronamp), de 6% para 5% ao ano. Para grandes produtores, a redução da taxa de juros no Banco do Brasil foi maior, em dois pontos percentuais: de 8% ao ano será de 6% ao ano.

Para as operações de custeio, o BB vai ofertar R\$ 61 bilhões e para investimentos, R\$ 17,5 bilhões.

O financiamento da safra nacional é estratégico para a economia. De acordo com os dados do Ministério da Agricultura, no ano passado, o agronegócio gerou R\$ 1,55 trilhão ou 21,4% do Produto Interno Bruto.

Este ano, apesar da pandemia da covid-19, o PIB do setor deve crescer 2,5% em relação a 2019. A avaliação do ministério é feita a partir da expectativa de bom desempenho e comercialização de lavouras como soja, milho, cana-de-açúcar e café.

## Banco do Brasil pretende emprestar R\$ 3,7 bi para micro e pequenas empresas

O Banco do Brasil anunciou, nesta quarta-feira (1º), que pretende emprestar R\$ 3,7 bilhões às micro e pequenas empresas dentro do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte).

A linha tem garantia da União e juros mais baixos que os praticados no mercado. Das 4,5 milhões de empresas elegíveis, 2,3 milhões são clientes do Banco do Brasil, diz a instituição.

A oferta de crédito começa quase quatro meses após a chegada do novo coronavírus no país. “Entramos em contato com 200 mil empresas e temos 45 mil contratos já pactuados, faltando apenas a assinatura”, contou o vice-presidente de negócios de varejo do banco, Cláudio Motta.

Segundo a instituição, quarta seriam firmados os primeiros 1.500 contratos. O presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, afirmou que não haverá empoçamento de recursos.

“Tem havido uma sensação de escassez que leva a alguns comentários no sentido de que estaria havendo empoçamento do crédito por parte do sistema bancário, isso não tem ocorrido”, disse.

“Há um volume enorme de nova demanda por crédito na economia, muitos setores em extrema dificuldade, especialmente micro e pequenas empresas, se dirigiram ao banco em busca de empréstimos, o que dá uma sensação de escassez”, justificou.

Em seu ponto de vista, o pior da crise econômica já passou. Ele enfatizou que o pico da pandemia passou em algumas cidades e que os números têm surpreendido a equipe econômica positivamente.

“Acreditamos que a escalada de melhoria da economia permanecerá nos próximos meses”, completou.

O Pronampe foi aprovado pelo Congresso em abril para facilitar o acesso ao crédito de pequenos negócios que sofrem com a pandemia do novo coronavírus.

Larissa Garcia/Folhapress



## TST homologa acordo da Gol para garantir emprego do pessoal de bordo por 18 meses

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou, por unanimidade, o acordo coletivo de trabalho firmado entre a Gol Linhas Aéreas e o Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA). Desta maneira, a empresa se compromete a manter empregos de comandantes, pilotos e comissários da empresa pelos próximos 18 meses.

O acordo foi homologado no dia 8 de junho, após

diversas rodadas de negociações conduzidas pelo vice-presidente do TST, ministro Vieira de Mello Filho. Na sessão de segunda-feira, o documento firmado foi convertido em Dissídio Coletivo de natureza econômica para que fosse permitida a apreciação pelo órgão colegiado para o referendo.

Segundo o TST, as tratativas levaram em conta o momento excepcional de

pandemia, em que diversos países fecharam suas fronteiras impedindo o pouso de aeronaves originárias de países com maiores índices de infecção. “A medida ocasionou o cancelamento de voos comerciais e obrigou as companhias aéreas a reduzir, drasticamente, a oferta de serviços, fazendo do setor aéreo um dos mais afetados pela pandemia”, segundo nota.

IstoéDinheiro



... continuação

Bulge Empreendimentos e Participações S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

**Bulge Empreendimentos e Participações S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Bulge Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bulge Empreendimentos e Participações S.A. em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo

com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria rea-

lizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria

obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de junho de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu  
Auditor Independente  
CRC nº 2SP 011.609/O-8

Vagner Ricardo Alves  
Contador  
CRC nº 1SP 215.739/O-9

Deloitte.

**Portofino Investimento Holding S.A.** - CNPJ/MF nº 31.625.217/0001-10

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais)

Balanço Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração dos Fluxos de Caixa				
Ativo	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Circulante</b>	1.282.380	776	2.938.275	67.025	-	-	4.364.226	3.154.628	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	1.282.180	-	2.915.687	62.359	-	-	4.364.226	3.154.628	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	200	776	19.844	3.973	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a terceiros	-	-	2.744	693	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Não circulante</b>	1.301.715	198.103	-	478.306	(7.583)	(1.488)	(466.620)	(429.788)	-	-	-	-
Realizável a longo prazo	-	-	-	239.153	(24.195)	(596.680)	(89.302)	(25.593)	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	239.153	(49)	(157)	(11.536)	(11.966)	-	-	-	-
Investimentos	1.301.715	198.103	-	-	40.308	-	(1.488.905)	(2.187.433)	-	-	-	-
<b>Total do ativo</b>	2.584.095	198.879	2.938.275	545.331	1.103.912	(384.776)	-	-	1.120.985	(386.564)	1.244.128	(288.429)
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	2.584.095	198.879	2.938.275	545.331	1.120.985	(386.564)	1.711.183	49.884	1.120.985	(386.564)	1.244.128	(288.429)
<b>Circulante</b>	1.763	488	335.285	104.490	1.112.393	(386.421)	1.711.183	49.884	1.112.393	(386.421)	1.711.183	49.884
Fornecedores	183	488	7.299	600	25.482	-	52.369	31.668	25.482	-	52.369	31.668
Obrigações fiscais e trabalhistas	1.580	-	205.810	96.497	(2.142)	(143)	(14.351)	(16.084)	(2.142)	(143)	(14.351)	(16.084)
Outras obrigações	-	-	122.176	7.393	1.135.733	(386.564)	1.749.201	65.468	1.135.733	(386.564)	1.749.201	65.468
<b>Patrimônio líquido</b>	2.582.332	198.391	2.602.990	201.688	(14.748)	-	(505.073)	(353.897)	(14.748)	-	(505.073)	(353.897)
Capital social	3.216.623	650.000	3.216.623	650.000	1.120.985	(386.564)	1.244.128	(288.429)	1.120.985	(386.564)	1.244.128	(288.429)
Capital a integralizar	(1.368.712)	(65.045)	(1.368.712)	(65.045)	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucros/(prejuízos) acumulados	734.421	(386.564)	734.421	(386.564)	-	-	-	-	-	-	-	-
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	20.658	3.297	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	2.584.095	198.879	2.938.275	306.178	650.000	(65.045)	(386.564)	(386.564)	650.000	(65.045)	(386.564)	(386.564)
<b>Demonstrações do Resultado Abrangente</b>	1.120.985	(386.564)	1.244.128	(288.429)	3.216.623	(2.566.623)	1.120.985	1.244.128	3.216.623	(2.566.623)	1.120.985	1.244.128
<b>Resultado do exercício</b>	1.120.985	(386.564)	1.244.128	(288.429)	650.000	(65.045)	(386.564)	(386.564)	650.000	(65.045)	(386.564)	(386.564)
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b>	1.120.985	(386.564)	1.244.128	(288.429)	650.000	(65.045)	(386.564)	(386.564)	650.000	(65.045)	(386.564)	(386.564)
<b>A Diretoria</b>	-	-	-	-	2.566.623	(2.566.623)	-	-	2.566.623	(2.566.623)	-	-
<b>Simone Mathias Leite</b> - Contadora CRC 53.378/T-SC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>As demonstrações financeiras completas, acompanhadas do relatório da Sappia Auditores Independentes, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

## Queda das importações faz balança comercial bater recorde em junho



A queda nas importações provocada pela alta do dólar e pela retração na atividade econômica fez a balança comercial bater recorde em junho. No mês passado, o país exportou US\$ 7,463 bilhões a mais do que importou. Esse é o maior superávit para o mês desde o início da série histórica, em 1989.

Apesar do recorde em junho, o saldo da balança comercial fechou o primeiro semestre abaixo do ano passado. Nos seis primeiros meses de 2020, o Brasil exportou US\$ 23,035 bilhões a mais do que importou. O resultado é 10,3% inferior ao saldo do mesmo período do ano passado, de US\$ 25,68 bilhões, e está no nível mais baixo para o primeiro semestre desde 2015.

No mês passado, tanto as exportações como as importações caíram. O Brasil exportou US\$ 19,912 bilhões em junho, montante 12% inferior ao de junho de 2019, pelo critério da média diária. As importações, no entanto, recuaram mais. O Brasil comprou US\$ 10,449

bilhões no mês passado, retração de 27,4% na mesma comparação, também pelo critério da média diária.

No acumulado do ano, as exportações ainda caem mais que as importações. De janeiro a junho, o Brasil vendeu US\$ 102,43 bilhões ao exterior, valor 6,4% inferior ao do mesmo período de 2019. As importações somaram US\$ 79,395 bilhões, com recuo de 5,2%.

A queda nas exportações em junho foi puxada pela indústria. A indústria de transformação exportou US\$ 118,08 milhões a menos que em maio do ano passado, queda de 21% pela média diária. A indústria extrativa exportou US\$ 54,64 milhões a menos, queda de 26,1%.

Na indústria de transformação, os principais produtos responsáveis pela queda das exportações são veículos automotivos de passageiros, com redução de 50,1% na média diária; carnes de aves processadas, retração de 38,6% pela média diária; e celulose, com recuo de 24,9% na média diária.

## AliExpress começa a enviar encomendas para Brasil com aviões de carga

AliExpress, gigante do e-commerce pertencente ao Grupo Alibaba, fechou um contrato para dois voos semanais partindo da China para o Brasil e Chile com a companhia aérea de cargas Atlas Air.

Em entrevista ao site LABS, Ken Huang, chefe da AliExpress na América Latina, explicou que o objetivo da medida é garantir o prazo de entrega das encomendas apesar da pandemia do covid-19. Os voos estão sendo fretados por uma parceria entre a filial de logística do Grupo Alibaba, chamada Cainiao, e a intermediária de logística Sinotrans.

A queda na quantidade de viagens nos voos comerciais também influenciou a decisão, já que algumas encomendas feitas em sites internacionais são transportadas no andar inferior das aeronaves que transportam passageiros.

A solução, de acordo com a reportagem, deve ser temporária já que a indústria área ainda vai demorar um tempo para retornar ao seu fluxo antes da pandemia.

Em maio, a AliExpress lançou o AliExpress Direct, serviço que coordena todas as compras e consolida os pedidos do mesmo usuário em uma única remessa. A taxa do Direct é de US\$ 3 (R\$ 14), mas se o pagamento total exceder US\$ 30 (R\$ 140), a taxa é gratuita.

**Barbarossa Empreendimentos e Participações S.A.**

CNPJ/MF nº 31.511.236/0001-16

**Relatório da Administração**

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 29 de junho de 2020. *A Administração*

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se mencionado de outra forma)**

Balanço Patrimonial				Demonstração do Resultado			Demonstração dos Fluxos de Caixa				
Ativo	Nota explicativa	2019		2018	Nota explicativa	2019		24/08/2018 a 31/12/2018	Nota explicativa	24/08/2018 a 31/12/2018	
		2019	2018			2019	2018			2019	2018
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalente de caixa	4	1.535	3.475								
Impostos a recuperar		299	–								
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.834</b>	<b>3.475</b>								
<b>Não Circulante</b>											
Partes relacionadas	5	3.010	648								
Propriedade para investimento	6	37.151	36.464								
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>40.161</b>	<b>37.112</b>								
<b>Total do Ativo</b>		<b>41.995</b>	<b>40.587</b>								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Nota explicativa	Capital social			Reserva de lucros		
	Subscrito	Integralizado	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Subscrição de capital em 24/08/2018</b>	1	40.069	(3.477)	–	–	36.592
Integralização de capital	8.a	–	3.477	–	–	3.477
Lucro líquido do exercício		–	–	–	399	399
Constituição de reserva legal	8.b	–	–	20	(20)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	–	4	(4)
Retenção do lucro do exercício	8.c	–	–	–	375	(375)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>		<b>40.069</b>	<b>–</b>	<b>20</b>	<b>379</b>	<b>40.468</b>
Lucro líquido do exercício		–	–	–	1.049	1.049
Constituição de reserva legal	8.b	–	–	52	(52)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	–	10	(10)
Retenção do lucro do exercício		–	–	–	987	(987)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>		<b>40.069</b>	<b>–</b>	<b>72</b>	<b>1.377</b>	<b>41.518</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto Operacional** – A Barbarossa Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 24/08/2018, por meio da integralização de capital via cessão de titularidade dos imóveis de seus controladores, conforme descrito na nota explicativa nº 6, e os atos societários de constituição foram registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 14/09/2018. A Companhia tem por objeto principal a compra e venda de imóveis, aluguel de imóveis próprio e gestão e administração de propriedade imobiliária. A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade de quotas por responsabilidade limitada e, posteriormente, transformada em sociedade por ações, conforme deliberação da Ata de Reunião de Cotistas realizada em 31/12/2018. Os imóveis próprios da Companhia estão integralmente locados a partes relacionadas nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel para Fins não Residenciais, O Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP Momentum”) e Brazil Holdings S.C.S. são seus acionistas, detendo 80% e 20% das ações, respectivamente.

**2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standard Board – IASB”, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pelos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O exercício fiscal da Companhia corresponde ao período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. As informações de 2018, para a Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstrações do Resultado Abrangente não são comparativas com o exercício corrente, pois compreendem o período de 24 de agosto a 31/12/2018, devido a Companhia ter sido constituída em 24/08/2018, conforme nota explicativa nº 1. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 29/06/2020.

**3. Resumo das Principais Políticas Contábeis** – As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são resumidas a seguir: **a) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de qualquer estimativa de descontos comerciais e de impostos e contribuições. Receita de aluguel: As receitas de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato de arrendamento mercantil. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e não são destinados para investimento ou outros fins. São classificadas como equivalentes de caixa, tendo em vista que as aplicações financeiras são consideradas de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou resgatáveis a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de valor. **c) Contas a receber:** As contas a receber são decorrentes de contratos de arrendamentos mercantis operacionais e possuem carência de 36 meses, portanto os recebíveis são classificados no longo prazo e trazidos a valor presente para fins de apresentação. Estas apresentadas com base no valor de realização e ajustada pela expectativa de perda, quando aplicável. Dado que as contas a receber possuem carência de recebimento, conforme acima, e são substancialmente com partes relacionadas, em 31/12/2019 e 2018 nenhum ajuste de perda esperada foi registrada na demonstração do resultado. **d) Arrendamentos mercantis:** Os arrendamentos mercantis são classificados como arrendamentos mercantis operacionais quando a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para investimento, de acordo com o CPC 06 (R2). Os custos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são capitalizados e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento. **e) Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação, deduzidas das depreciações acumuladas, calculadas com base no método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado, e por perdas no valor recuperável (“impairment”). Após o reconhecimento inicial, a Administração da Companhia escolheu o modelo do custo para mensuração das propriedades para investimento, mantidas por arrendatários como ativo de direito de uso. O valor justo da propriedade para investimento é divulgado, conforme nota explicativa nº 6. A Administração da Companhia estimou a vida útil das propriedades para investimento em 70 anos. As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro decorrente da alienação. **f) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros:** As propriedades para investimento, quando aplicável, e outros ativos não financeiros, são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC), os quais correspondem a cada uma das propriedades. **g) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos da Companhia estão representados substancialmente por ativos financeiros incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações em fundos de investimentos e contas a receber de partes relacionadas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, em que os custos de transação são registrados no resultado do exercício. A mensuração subsequente dos ativos financeiros é efetuada com base no custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **Classificação de ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócios da Companhia, no qual o ativo financeiro é gerenciado e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado a custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter os seus ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de

Receita Líquida	Nota explicativa	2019		2018
		2019	2018	
Receita Líquida	9	1.436	624	
Custo dos serviços prestados	10	(396)	(128)	
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.040</b>	<b>496</b>	
Despesas gerais e administrativas	10	(106)	(26)	
<b>Resultado operacional</b>		<b>934</b>	<b>470</b>	
Resultado Financeiro	12	414	470	
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>1.348</b>	<b>470</b>	
<b>Imposto de Renda e CSLL</b>		<b>7</b>	<b>(71)</b>	
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>1.049</b>	<b>399</b>	
Lucro Líquido por Ações (Média ponderada do período – R\$)				
Básico e diluído	13	0,03	0,01	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente			
Nota explicativa	2019		24/08/2018 a 31/12/2018
	2019	2018	
<b>Lucro do exercício</b>	<b>1.049</b>	<b>399</b>	
Outros resultados abrangentes	–	–	
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>1.049</b>	<b>399</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Partes Relacionadas		2019	2018
Contas a receber (a):			
Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda.		3.260	648
(-) Ajuste a valor presente		(779)	–
Subtotal		2.480	648
Contas a receber – empréstimo com partes relacionadas (b)		530	–
Total contas a receber		3.010	648
Não circulante		3.010	648

**(a) Contas a receber:** Contas a receber relacionadas aos contratos de locação de imóveis das lojas Walmart e Sams Club Super Hiper Casa Forte, Todo Dia Vargem Grande, Todo Dia Eustáquio Gomes, HTD São Lourenço da Mata e Maxi Olinda. Os contratos de arrendamento mercantis são atualizados anualmente com base na variação do IPCA e não existem cláusulas de recebimentos contingentes. Os valores dos aluguéis normalmente são recebidos até o 5º dia útil do mês subsequente, sendo que foram concedidos inicialmente aos arrendatários um prazo de carência de 24 meses a contar da data do contrato assinado em 30/09/2018. Porém, em 30/04/2020 as Partes negociaram, de boa-fé e pautadas nos princípios da solidariedade e da cooperação contratual a extensão do prazo da Carência estabelecido no Contrato de Locação em período adicional de 12 meses, portanto o prazo de carência atualizado é de 36 meses. **Contratos de aluguel:** Os contratos de aluguel com partes relacionadas foram negociados com prazo de 240 meses, com direito à renovação automática por mais 3 períodos consecutivos de 240 meses. Para fins de linearização das receitas de aluguel, a Companhia utilizou com base um período de 480 meses. Os aluguéis mínimos futuros (sem o ajuste a valor presente) a receber para os contratos de locação vigentes em 31/12/2019 e 2018 são resumidos a seguir:

Descrição	2019	2018
Até um ano	–	–
De um a cinco anos	14.123	14.175
De cinco a 10 anos	14.998	14.990
Acima de 10 anos	98.986	89.942
<b>Total</b>	<b>119.107</b>	<b>119.107</b>

**(b) Empréstimos com partes relacionadas:** A Companhia tem direito sobre os seguintes empréstimos concedidos:

Empresa mutuária	Data de início	Vencimento	Saldo em 2019
A Midway Empreendimentos e Participações S.A.	25/11/2019	13/05/2022	525
A Midway Empreendimentos e Participações S.A.	19/12/2019	08/12/2021	5
			<b>530</b>

Ademais, não existem outras transações com partes relacionadas além das mencionadas em questão. **Remuneração da Administração:** Em 31/12/2019 e 2018 o montante de remuneração dos administradores foi de R\$25 e R\$4, respectivamente, e está apresentado na nota explicativa nº 10 como “Despesas com serviços profissionais”.

**6. Propriedades para Investimentos**

Terrenos	Edificações	Total
Saldo inicial 24/08/2018	–	–
Integralização de capital pelo controlador	9.589	27.003
Depreciações (*)	–	(128)
<b>Saldo final 31/12/2018</b>	<b>9.589</b>	<b>26.875</b>
Custo de transação (a)	–	1.083
Depreciações (*)	–	(396)
<b>Saldo final 31/12/2019</b>	<b>9.589</b>	<b>27.562</b>

(a) Refere-se ao imposto de transferência de propriedade de acordo com o CPC 28/IAS40, parágrafo 21, o qual faz parte do custo da propriedade. (\*) As propriedades para investimento são depreciadas à taxa de 1,43% ao ano, considerando uma estimativa de vida útil de 70 anos. A Administração estimou que o valor justo dos imóveis em 2019 é de R\$63.437, apurado com base no fluxo de caixa dos contratos de locação, os quais são utilizados e reconhecidos para casos de avaliação e demais análises. A metodologia adotada consiste na análise das características físicas da propriedade e das diversas informações levantadas no mercado, como por exemplo a utilização taxa de capitalização (“cap rate”) de 8,00% ao ano. A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual. As Propriedades para Investimentos referem-se a imóveis situados nas seguintes localidades:

Imóvel	Localização
Hiper TD São Lourenço da Mata	Avenida Dr. Pedro Augusto Corrêa de Araújo, 295, SLM/PE
TD Maceió – Eustáquio Gomes II	Rua João de Oliveira Melo, 709, Maceió/AL
Hiper Bompreço Casa Forte	Pc Jom Fco P de Queiroz, 23, Recife/PE
	Praça São Sebastião, 742, Vargem Grande, MA
TD Vargem Grande	Avenida Doutor Jose Augusto Moreira, 2221, Olinda/PE
Maxi Olinda	

7. Impostos e Contribuições		2019	2018
Imposto de renda e contribuição social diferido (a)		355	71
PIS e COFINS diferido (b)		119	24
Subtotal		474	95
Impostos sobre outras receitas		1	–
<b>Total</b>		<b>475</b>	<b>95</b>

O imposto de renda e contribuição social diferidos e PIS e COFINS é relativo às receitas de aluguéis registrado conforme competência contábil e totaliza R\$473 em 31/12/2019 (R\$95 em 31/12/2018). O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto pela Lei nº Lei nº 12.973 de 2014 e Instrução normativa nº 1.700 de 2017 da Receita Federal. **a) Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente:** O imposto de renda e a contribuição social diferido e corrente foi determinado com base no regime do lucro presumido, como segue:

Alíquota nominal	24/08/2018 a 31/12/2018	
	2019	2018
Receita bruta de aluguel de imóveis	2.611	648
Fator de presunção	32%	32%
Lucro presumido	836	207
Tributos sobre o lucro presumido:		
Imposto de renda	25%	209
Contribuição social	9%	75
<b>Total de imposto de renda e a contribuição social diferido (A)</b>	<b>284</b>	<b>71</b>
Tributos correntes sobre outras receitas:		
Base de cálculo	62	62
Imposto de renda	15%	9
Contribuição social	9%	6
<b>Total de imposto de renda e a contribuição social corrente (B)</b>	<b>15</b>	<b>–</b>
<b>Total despesa de imposto de renda e contribuição social diferido e corrente (A+B)</b>	<b>299</b>	<b>71</b>

b) PIS e COFINS diferido

24/08/2018 a 31/12/2018	
2019	2018
Receita bruta de aluguel de imóveis	2.611
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%
Total de despesa de PIS e COFINS diferidos	95

**8. Patrimônio Líquido – a) Capital Social:** Em 31/12/2019 e 2018, o capital social integralizado é de R\$40.069 mil e está representado por 40.069.205 ações ordinárias. Este saldo é composto por R\$36.592 mil decorrentes da integralização de capital via recebimento de ativo, conforme descrito na nota explicativa nº 6, e R\$3.477 referente à aporte de capital. **b) Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do

Norma	Descrição	Impacto nas demonstrações financeiras
CPC 06 (R2)/IFRS16–Arrendamento	Requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do CPC 06 (R2)/IFRS16 e concluiu que sua adoção não tem impacto nas demonstrações financeiras.
IFRIC23/ICPC 22–Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda	A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da CPC 32/IAS12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da CPC 32/IAS12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do IFRIC23 e entende que sua adoção não tem impacto relevante nas demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa		2019	2018
Banco conta movimento		–	2
Aplicações financeiras (*)		1.535	3.473
<b>Total</b>		<b>1.535</b>	<b>3.475</b>

(\*) Aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e insignificante risco de mudança no valores. Estão representadas por investimentos em títulos de renda fixa de emissão privada, com remuneração média de 81% a 89% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

**A Diretoria**  
**JULIO MITUO SHINZATO**  
 Contador CRC nº 1SP 095.421/O-1

continua ...

... continuação

Barbarossa Empreendimentos e Participações S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Barbarossa Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Barbarossa Empreendimentos e Participações S.A. em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com

as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa

opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contúlo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de junho de 2020.

Deloitte Touche Tohmatsu Wagner Ricardo Alves  
Auditores Independentes Contador  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 215739/O-9

Deloitte.

## Anac aprova documentos para licitação da 6ª rodada de aeroportos



A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou ontem (1º) o edital de leilão e a minuta de contrato da 6ª rodada de concessões de aeroportos. Fazem parte da rodada de concessões 22 aeroportos das Regiões Sul, Norte e Centro-Oeste, divididos em três blocos. A previsão é que o certame seja realizado ainda no primeiro trimestre do próximo ano.

Os documentos seguem para análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU) junto com os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental já aprovados pelo Ministério de Infraestrutura. Após a aprovação pelo TCU, haverá o lançamento do edital.

“A grande inovação da 6ª rodada é a cláusula que permite que a proponente individualmente ou representada por consórcio possa contratar pessoa jurídica

que detenha a qualificação técnica exigida na operação aeroportuária, aumentando o número de participantes e gerando maior competição no certame. Caso a proponente opte por formação de consórcio, um dos membros deve ser operador aeroportuário com participação mínima de 15% e experiência comprovada”, informou a Anac.

Também será exigida por parte dos interessados experiência recente no processamento de passageiros em volume compatível com os contratos que serão assumidos pela concessionária. Para o Bloco Sul, será exigido do operador ou pessoa jurídica que oferece assistência técnica a comprovação de que operou, em pelo menos um dos últimos cinco anos, 5 milhões de passageiros para arrematar. Para os demais blocos a exigência é de 1 milhão de passageiros.

A duração dos contratos de concessão de todos os aeroportos é de 30 anos. Juntos, os 22 terminais respondem por 11% dos passageiros pagos movimentados no mercado brasileiro de transporte aéreo. Em 2019, foram 23,9 milhões de embarques e desembarques nos aeroportos dessa rodada.

Para o Bloco Norte a contribuição inicial mínima prevista é de R\$ 38,7 milhões. O valor estimado para todo o contrato da concessão é de R\$ 4 bilhões. A contribuição inicial mínima para o Bloco Sul é de R\$ 408,2 milhões. O valor estimado para todo o contrato da concessão é de R\$ 8,9 bilhões. A contribuição inicial mínima do Bloco Central é de R\$ 22,5 milhões. O valor estimado para todo o contrato de concessão é de R\$ 4,9 bilhões.

Luciano Nascimento/ABR

## Governo prepara pacote de medidas contra fuga de investidores por gestão ambiental

Com o início da época de seca na floresta amazônica, período de maior incidência de queimadas, o presidente Jair Bolsonaro prepara um pacote de medidas para tentar acalmar investidores estrangeiros preocupados com a gestão ambiental do Brasil.

Sob o comando do vice-presidente Hamilton Mourão, coordenador do Conselho da Amazônia, os ministérios da Agricultura, Meio Ambiente e Relações Exteriores estão organizando um conjunto de iniciativas para tentar melhorar a imagem do país no exterior, sobretudo na União Europeia.

A estratégia é para tentar conter uma eventual fuga de investimentos estrangeiros e gerar um ambiente positivo para que o Brasil atraia recursos externos após a fase mais grave da pandemia do novo coronavírus, esperada para o segundo semestre.

A decisão foi tomada depois que investidores que detêm US\$ 3,7 trilhões em ativos administrados ao redor do mundo assinaram uma carta aberta manifestando preocupação com a política ambiental brasileira.

O documento gerou preocupação no presidente, que solicitou à equipe ministerial uma reação imediata ao do-

cumento. O Palácio do Planalto também identificou reação negativa no exterior à informação de que a Amazônia tem 23% da floresta em terras públicas não destinadas registradas ilegalmente como propriedades privadas.

Na última segunda-feira (29), para tentar conter o desgaste, Mourão se reuniu, no Palácio do Planalto, com os ministros Braga Netto (Casa Civil), Ernesto Araújo (Relações Exteriores), Tereza Cristina (Agricultura) e Ricardo Salles (Meio Ambiente) para discutir um pacote ambiental.

A ofensiva do governo brasileiro deve incluir uma campanha publicitária na Europa sobre as medidas adotadas para conter o desmatamento na floresta amazônica. A publicidade deve ser elaborada pela Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos).

A equipe de ministros também prepara uma rodada de videoconferências com investidores estrangeiros, entre eles os que assinaram o documento. A ideia é que as conversas sejam promovidas a partir do mês que vem e tenham as presenças de Mourão, Salles e Tereza.

Gustavo Uribe e Danielle Brant/Folhapress



**Gibraltar Empreendimentos e Participações S.A.**

CNPJ/MF nº 31.509.592/0001-03

**Relatório da Administração**

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 29 de junho de 2020. *A Administração*

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Balanço Patrimonial			Demonstração do Resultado			Demonstração dos Fluxos de Caixa			
Ativo	Nota explicativa	2019	2018	Nota explicativa	2019	2018	Nota explicativa	2019	2018
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Caixa e equivalente de caixa	4	1.322	3.243	Contas a pagar	2	2	Lucro líquido do exercício	2.937	790
Impostos a recuperar	6	6	-	Contas a pagar – partes relacionadas	-	10	Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:		
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.328</b>	<b>3.243</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2</b>	Depreciação	6	727
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			Imposto e contribuições	7	715
Contas a receber – partes relacionadas	5	5.581	1.220	Impostos e contribuições	7	892	Ajuste a valor presente	5	555
Propriedade para investimento	6	81.049	79.853	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>892</b>			
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>86.630</b>	<b>81.073</b>	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>8</b>			
<b>Total do ativo</b>		<b>87.958</b>	<b>84.316</b>	Capital social subscrito		83.337			
				Reserva de lucros		3.727			
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>87.064</b>			
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>87.958</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

Subscrição do capital em 24 de agosto de 2018	Nota explicativa	Capital social		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Subscrito	Integralizado	Reserva legal	Reserva de lucros		
Integralização de capital	8.a	83.337	(3.245)	-	-	80.092	80.092
Lucro líquido do exercício		-	3.245	-	-	3.245	3.245
Constituição de reserva legal	8.b	-	-	40	-	(40)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	-	-	-	8	(8)	-
Retenção do lucro do exercício	8.c	-	-	-	742	(742)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>83.337</b>	<b>40</b>	<b>750</b>	<b>-</b>	<b>84.127</b>	<b>84.127</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.937	2.937
Constituição de reserva legal	8.b	-	-	147	-	(147)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	-	-	-	28	(28)	-
Retenção do lucro do exercício		-	-	-	2.762	(2.762)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>83.337</b>	<b>187</b>	<b>3.540</b>	<b>-</b>	<b>87.064</b>	<b>87.064</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto Operacional** – A Gibraltar Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 24/08/2018, por meio da integralização de capital via cessão de titularidade dos imóveis de seus controladores, conforme descrito na nota explicativa nº 6, e os atos societários de constituição foram registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 14/09/2018. A Companhia tem por objeto principal a compra e venda de imóveis, aluguel de imóveis próprio e gestão e administração de propriedade imobiliária. A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade de quotas por responsabilidade limitada e, posteriormente, transformada em sociedade por ações, conforme deliberação da Ata de Reunião de Cotistas realizada em 31/12/2018. Os imóveis próprios da Companhia estão integralmente locados a partes relacionadas nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel para Fins não Residenciais. O Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP Momentum") e Brazil Holdings S.C.S. são seus acionistas, detendo 80% e 20% das ações, respectivamente.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standard Board – IASB", pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pelos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O exercício fiscal da Companhia corresponde ao período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. As informações de 2018, para a Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstrações do Resultado Abrangente não são comparativas com o exercício corrente, pois compreendem o período de 24 de agosto a 31/12/2018, devido a Companhia ter sido constituída em 24/08/2018, conforme nota explicativa nº 1. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 29/06/2020.

**3. Resumo das Principais Políticas Contábeis** – As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são resumidas a seguir: **a) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de qualquer estimativa de descontos comerciais e de impostos e contribuições. **Receita de aluguel:** As receitas de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato de arrendamento mercantil. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e não são destinados para investimento ou outros fins. São classificados como equivalentes de caixa, tem em vista que as aplicações financeiras são consideradas de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou resgatáveis a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de valor. **c) Contas a receber:** As contas a receber são decorrentes de contratos de arrendamentos mercantis operacionais e possuem carência de 36 meses, portanto os recebíveis são classificados no longo prazo e trazidos a valor presente para fins de apresentação. Estão apresentadas com base no valor de realização e ajustada pela expectativa de perda, quando aplicável. Dado que as contas a receber possuem carência de recebimento, conforme acima, e são substancialmente com partes relacionadas, em 31/12/2019 e 2018 nenhum ajuste de perda esperada foi registrada na demonstração do resultado. **d) Arrendamentos mercantis:** Os arrendamentos mercantis são classificados como arrendamentos mercantis operacionais quando a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para investimento, de acordo com o CPC 06 (R2). Os custos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são capitalizados e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento. **e) Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação, deduzidas das depreciações acumuladas, calculadas com base no método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado, e por perdas no valor recuperável ("impairment"). Após o reconhecimento inicial, a Administração da Companhia escolheu o modelo do custo para mensuração das propriedades para investimento, mantidas por arrendatários como ativo de direito de uso. O valor justo da propriedade para investimento é divulgado, conforme nota explicativa nº 6. A Administração da Companhia estimou a vida útil das propriedades para investimento em 70 anos. As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro decorrente da alienação. **f) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros:** As propriedades para investimento, quando aplicável, e outros ativos não financeiros, são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC), os quais correspondem a cada uma das propriedades. **g) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos da Companhia estão representados substancialmente por ativos financeiros incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações em fundos de investimentos e contas a receber de partes relacionadas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, em que os custos de transação são registrados no resultado do exercício. A mensuração subsequente dos ativos financeiros é efetuada com base no custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **Classificação de ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócios da Companhia, no qual o ativo financeiro é gerenciado e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado a custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos

Demonstração do Resultado			Demonstração dos Fluxos de Caixa		
Receita líquida	Nota explicativa	2019	24/08/2018	Nota explicativa	2019
Custo dos serviços prestados	10	(727)	(239)		
<b>Lucro bruto</b>		<b>3.241</b>	<b>937</b>		
Despesas gerais e administrativas	10	(88)	(14)		
<b>Resultado operacional</b>		<b>3.153</b>	<b>923</b>		
Resultado Financeiro	12	338	-		
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>3.491</b>	<b>923</b>		
Imposto de renda e contribuição social	7	(554)	(133)		
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>2.937</b>	<b>790</b>		
<b>Lucro líquido por ações</b>		<b>2.937</b>	<b>790</b>		
(Média ponderada do período – R\$)					
Básico e diluído	13	0,04	0,01		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado Abrangente**

Lucro do exercício	2019	24/08/2018	a 31/12/2018
Outros resultados abrangentes	2.937	-	790
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>2.937</b>	<b>-</b>	<b>790</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

(\*) Aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e insignificante risco de mudança no valor. Estão representadas por investimentos em títulos de renda fixa de emissão privada, com remuneração média de 81% a 89% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

**5. Contas a receber – partes relacionadas**

	2019	2018
Walmart Brasil Ltda. (a)	6.137	1.220
(-) Ajuste a valor presente	(555)	-
<b>Total</b>	<b>5.581</b>	<b>1.220</b>

**6. Propriedades para investimentos**

	2019	2018
Terrenos	29.967	50.125
Edificações	49.886	79.853
<b>Total</b>	<b>79.853</b>	<b>130.000</b>

Ademais, não existem outras transações com partes relacionadas além das mencionadas em questão. **Remuneração da Administração:** Em 31/12/2019 e 2018 o montante de remuneração dos administradores foi de R\$ 25 e R\$ 4, respectivamente, e está apresentado na nota explicativa nº 10 como "Despesas com serviços profissionais".

Demonstração do Resultado Abrangente			Demonstração dos Fluxos de Caixa		
Receita líquida	2019	24/08/2018	a 31/12/2018	Receita líquida	2019
Receita bruta de aluguel de imóveis	4.917	-	1.220	Receita líquida	2.937
(-) Impostos e deduções sobre serviços (PIS/COFINS)	(179)	-	(44)	Lucro líquido do exercício	790
(-) Ajuste a valor presente	(770)	-	-	Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:	
<b>Total</b>	<b>3.968</b>	<b>-</b>	<b>1.176</b>	Depreciação	6
				Imposto e contribuições	7
				Ajuste a valor presente	5
				<b>Total</b>	<b>4.934</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado Abrangente**

Lucro do exercício	2019	24/08/2018	a 31/12/2018
Outros resultados abrangentes	2.937	-	790
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>2.937</b>	<b>-</b>	<b>790</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

(a) Contratos de locação de imóveis das lojas Walmart Vitória, Uberaba e Pampulha. Os contratos de arrendamento mercantis são atualizados anualmente com base na variação do IPCA e não existem cláusulas de recebimentos contingentes. Os valores dos aluguéis normalmente são recebidos até o 5º dia útil do mês subsequente, sendo que foram concedidos inicialmente aos arrendatários um prazo de carência de 24 meses a contar da data do contrato assinado em 30/09/2018. Porém, em 30/04/2020 as Partes negociaram, de boa-fé e pautadas nos princípios da solidariedade e da cooperação contratual a extensão do prazo da Carência estabelecido no Contrato de Locação em período adicional de 12 meses, portanto o prazo de carência atualizado é de 36 meses. **Contratos de aluguel:** Os contratos de aluguel com partes relacionadas foram negociados com prazo de 240 meses, com direito à renovação automática por mais 3 períodos consecutivos de 240 meses. Para fins de linearização das receitas de aluguel, a Companhia utilizou com base um período de 480 meses. Os aluguéis mínimos futuros (sem o ajuste a valor presente) a receber para os contratos de locação vigentes em 31/12/2019 e 2018 são resumidos a seguir:

	2019	2018
Até um ano	26.590	26.688
De um a cinco anos	28.236	28.222
De cinco a 10 anos	169.418	169.334
<b>Total</b>	<b>224.244</b>	<b>224.244</b>

Ademais, não existem outras transações com partes relacionadas além das mencionadas em questão. **Remuneração da Administração:** Em 31/12/2019 e 2018 o montante de remuneração dos administradores foi de R\$ 25 e R\$ 4, respectivamente, e está apresentado na nota explicativa nº 10 como "Despesas com serviços profissionais".

**6. Propriedades para investimentos**

	2019	2018
Terrenos	29.967	50.125
Edificações	49.886	79.853
<b>Total</b>	<b>79.853</b>	<b>130.000</b>

Ademais, não existem outras transações com partes relacionadas além das mencionadas em questão. **Remuneração da Administração:** Em 31/12/2019 e 2018 o montante de remuneração dos administradores foi de R\$ 25 e R\$ 4, respectivamente, e está apresentado na nota explicativa nº 10 como "Despesas com serviços profissionais".

**7. Instrumentos financeiros** – **Classificação e mensuração:** Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. **Gestão de riscos:** As atividades da Companhia estão expostas, substancialmente, a riscos de crédito e de liquidez, que são administrados por meio de políticas e controles internos. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a riscos de mercado, por não apresentar exposições a riscos de taxas de juros e de câmbio. **Risco de crédito:** Os riscos de crédito associados a depósitos bancários e aplicações financeiras são mitigados mediante a realização de transações com instituições financeiras de primeira linha e aplicações em títulos de curto prazo ou resgatáveis a qualquer tempo. O risco de crédito para os aluguéis a receber é minimizado em decorrência das contrapartes dos contratos de arrendamento mercantil operacional serem partes relacionadas. **Risco de liquidez:** A previsão do fluxo de caixa da Companhia é realizada pelo departamento de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez e assegurar a manutenção de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa, além do saldo exigido para a administração do capital circulante, é investido em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos financeiros com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente de liquidez. **Gerenciamento de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seus custos. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

**12. Resultado financeiro, líquido** – Na demonstração de resultados, as receitas e despesas financeiras apresentam a seguinte composição:

	2019	24/08/2018	a 31/12/2018
Receitas e despesas financeiras	214	-	-
Receitas financeiras	124	-	-
Ajuste a valor presente (*)	90	-	-
<b>Total</b>	<b>338</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(\*) O ajuste a valor presente é decorrente de recomposição da posição do contas a receber.

**13. Resultado por ação**

	2019	24/08/2018	a 31/12/2018
Lucro líquido do período atribuível aos cotistas	2.937	-	790
Denominador básico/diluído	83.337.222	-	83.337.222
Ações ordinárias	83.337.222	-	83.337.222
Número médio ponderado de ações em circulação	0,04	-	0,01
<b>Lucro líquido por ação básico – R\$</b>	<b>72,68</b>	<b>-</b>	<b>19,75</b>

**14. Seguros** – A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos, conforme demonstrado a seguir:

	Cobertura	Vigência Início	Vigência Término
Danos materiais (DM)	92.644	29/09/2019	29/09/2020
<b>15. Transações não caixa</b> – Entre 24/08/2018 e 31/12/2018 a Companhia teve transação que não representou desembolso de caixa e, portanto, não foi apresentada na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme abaixo: • Integralização de capital via recebimento de imóveis de seus controladores – nota explicativa nº 1 e 6.			

**16. Eventos subsequentes** – A sociedade mundial sofre com a pandemia pelo COVID-19, causada pela disseminação do vírus populamente conhecido como Coronavírus, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, o que causou a decretação de estado de emergência e calamidade pública no Brasil, com determinação de isolamento e quarentena a serem observadas pela população, e o fechamento compulsório de estabelecimentos comerciais. No entanto, a Administração, com base nas melhores informações internas e de fontes externas disponíveis não vislumbra impacto relevante na continuidade dos negócios, uma vez que vem operando de forma regular, porém, considerando que ainda não é possível nosso clientes estimarem a duração das medidas de isolamento, o ritmo de recuperação da economia e o quanto este cenário pode gerar eventuais efeitos futuros em suas operações, as Partes negociaram em 30/04/2020, de boa-fé e pautadas nos princípios da solidariedade e da cooperação contratual a extensão do prazo da Carência estabelecido no Contrato de Locação em período adicional de 12 meses.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado Abrangente**

Lucro do exercício	2019	24/08/2018	a 31/12/2018
Outros resultados abrangentes	2.937	-	790
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>2.937</b>	<b>-</b>	<b>790</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

(a) Referem-se, substancialmente, aos gastos com serviços de contabilidade e serviços advocatícios.

**11. Instrumentos financeiros** – **Classificação e mensuração:** Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. **Gestão de riscos:** As atividades da Companhia estão expostas, substancialmente, a riscos de crédito e de liquidez, que são administrados por meio de políticas e controles internos. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a riscos de mercado, por não apresentar exposições a riscos de taxas de juros e de câmbio. **Risco de crédito:** Os riscos de crédito associados a depósitos bancários e aplicações financeiras são mitigados mediante a realização de transações com instituições financeiras de primeira linha e aplicações em títulos de curto prazo ou resgatáveis a qualquer tempo. O risco de crédito para os aluguéis a receber é minimizado em decorrência das contrapartes dos contratos de arrendamento mercantil operacional serem partes relacionadas. **Risco de liquidez:** A previsão do fluxo de caixa da Companhia é realizada pelo departamento de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez e assegurar a manutenção de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa, além do saldo exigido para a administração do capital circulante, é investido em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos financeiros com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente de liquidez. **Gerenciamento de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seus custos. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

**12. Resultado financeiro, líquido** – Na demonstração de resultados, as receitas e despesas financeiras apresentam a seguinte composição:

	2019	24/08/2018	a 31/12/2018
Receitas e despesas financeiras	214	-	-
Receitas financeiras	124	-	-
Ajuste a valor presente (*)	90	-	-
<b>Total</b>	<b>338</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(\*) O ajuste a valor presente é decorrente de recomposição da posição do contas a receber.

**13. Resultado por ação**

	2019	24/08/2018	a 31/12/2018
Lucro líquido do período atribuível aos cotistas	2.937	-	790
Denominador básico/diluído	83.337.222	-	83.337.222
Ações ordinárias	83.337.222	-	83.337.222
Número médio ponderado de ações em circulação	0,04	-	0,01
<b>Lucro líquido por ação básico – R\$</b>	<b>72,68</b>	<b>-</b>	<b>19,75</b>

**14. Seguros** – A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos, conforme demonstrado a seguir:

	Cobertura	Vigência Início	Vigência Término
Danos materiais (DM)	92.644	29/09/2019	29/09/2020
<b>15. Transações não caixa</b> – Entre 24/08/2018 e 31/12/2018 a Companhia teve transação que não representou desembolso de caixa e, portanto, não foi apresentada na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme abaixo: • Integralização de capital via recebimento de imóveis de seus controladores – nota explicativa nº 1 e 6.			

**16. Eventos subsequentes** – A sociedade mundial sofre com a pandemia pelo COVID-19, causada pela disseminação do vírus populamente conhecido como Coronavírus, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, o que causou a decretação de estado de emergência e calamidade pública no Brasil,

... continuação

opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou

Gibraltar Empreendimentos e Participações S.A.

erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação

do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive

as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de junho de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu Vagner Ricardo Alves  
Auditores Independentes Contador  
CRC nº 2SP 011.609/O-8 CRC nº 1SP 215.739/O-9

Deloitte.

## Petrobras anuncia sétimo reajuste consecutivo da gasolina



**A** Petrobras vai elevar novamente os preços da gasolina e do diesel nesta quinta (2). Será o sétimo aumento seguido no preço da gasolina, que subirá, em média, 3%. O reajuste no diesel, de 6%, é o quarto consecutivo. Com a sequência de altas, a gasolina voltou a ter preço médio nos postos acima de R\$ 4 por litro na semana passada.

Desde o começo de maio, quando foi iniciado o ciclo de aumentos, o preço da gasolina nas refinarias da estatal acumula alta de 53%. A partir desta quinta, o produto será vendido pela empresa, em média, a R\$ 1,57 por litro. O preço do diesel acumula alta de 32% desde o início de maio.

Os reajustes acompanham a recuperação do preço internacional do petróleo após o relaxamento das medidas de isolamento social na Europa e nos Estados Unidos. Em junho, a cotação do Brent, negociado em Lon-

dres, subiu 7,4%, fechando o mês em US\$ 41,15 (R\$ 221).

Para importadores de combustíveis, a sequência de reajustes da Petrobras ainda não é suficiente para acompanhar a recuperação das cotações internacionais, mantendo os preços no mercado interno com defasagem e impedindo a importação de produtos por empresas privadas.

A política de preços da Petrobras prevê o acompanhamento das cotações internacionais, considerando ainda a taxa de câmbio, os custos de importação e margem de lucro.

O repasse dos aumentos às bombas depende de políticas comerciais de postos e distribuidoras. O valor cobrado pela Petrobras representa 27% do preço final da gasolina e 44% do preço final do diesel - o restante são biocombustíveis, impostos e margens de lucro e custos das outras etapas da cadeia.

De acordo com dados da ANP (Agência Nacional

do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), a sequência de aumentos já pesa no bolso do consumidor. Na semana passada, o litro da gasolina era vendido a R\$ 4,022, em média, no Brasil, alta de 0,9% em relação à semana anterior. Em quatro semanas, a alta acumulada é de 3,2%.

É a primeira vez desde a terceira semana de abril que o produto registra preço médio acima de R\$ 4 por litro. Já o preço do diesel estava, em média, em R\$ 3,077 por litro, também 0,9% a mais do que na semana anterior. Em um mês, o combustível acumula reajuste de 1%.

O diesel sofre pressão também do alto preço do biodiesel, que representa 12% da mistura vendida nos postos: no último leilão da ANP, para entrega em julho e agosto, o litro do produto saiu a R\$ 3,51, R\$ 0,50 a mais do que o verificado nos dois primeiros bimestres.

Nicola Pamplona/Folhapress

## Vendas de veículos caem 38,2% no primeiro semestre

**A**s vendas de veículos leves e pesados caíram 38,2% no primeiro semestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019. Os números prévios apurados via Renavam (Registro Nacional de Veículos Automotores) mostram que 808,8 mil emplacamentos foram registrados nos seis primeiros meses do ano.

A recuperação vultosa registrada na comparação entre junho e maio (alta de 113,6% na comercialização) não surpreende o setor, que já esperava pela variação em um momento atípico.

Em relação a junho de 2019, o último mês registrou queda de 40,5% nas vendas.

A média diária de emplacamentos ficou em 6.236 unidades, mas houve picos de 9.000 carros licenciados em um único dia de junho. Isso ocorreu devido ao período em que muitas unidades dos Detrans permaneceram fechadas Brasil afora.

Com a impossibilidade de registrar os carros, houve represamento nos meses de abril e maio.

Segundo Angel Martinez, vice-presidente comercial da Hyundai Motor Brasil, cerca de 25% dos veículos emplacados no Brasil em junho haviam sido vendidos nos meses anteriores. O executivo acredita que os números ainda irão oscilar, devido à necessidade de fechar concessionárias em capitais com alta nos registros de Covid-19.

Martinez explica que, além da queda acentuada nas vendas, a pandemia do novo coronavírus reverte o fluxo normal do mercado. “Tradicionalmente, os meses de março abril e maio são mais fortes em vendas, com queda em junho e julho devido às férias”.

A Hyundai Motor do Brasil fechou o mês de junho na quarta colocação no mercado nacional, atrás de General Motors, Volkswagen e Fiat.

Por enquanto, as vendas correspondem às projeções feitas pela Anfavea em maio. A associação que representa as montadoras acredita que as vendas cairão 40% em 2020 na comparação com 2019.

Eduardo Sodré/Folhapress





... continuação

Midway Empreendimentos e Participações S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da  
Midway Empreendimentos e Participações S.A.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Midway Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Midway Empreendimentos e Participações S.A. em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais res-

ponsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razo-

ável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a

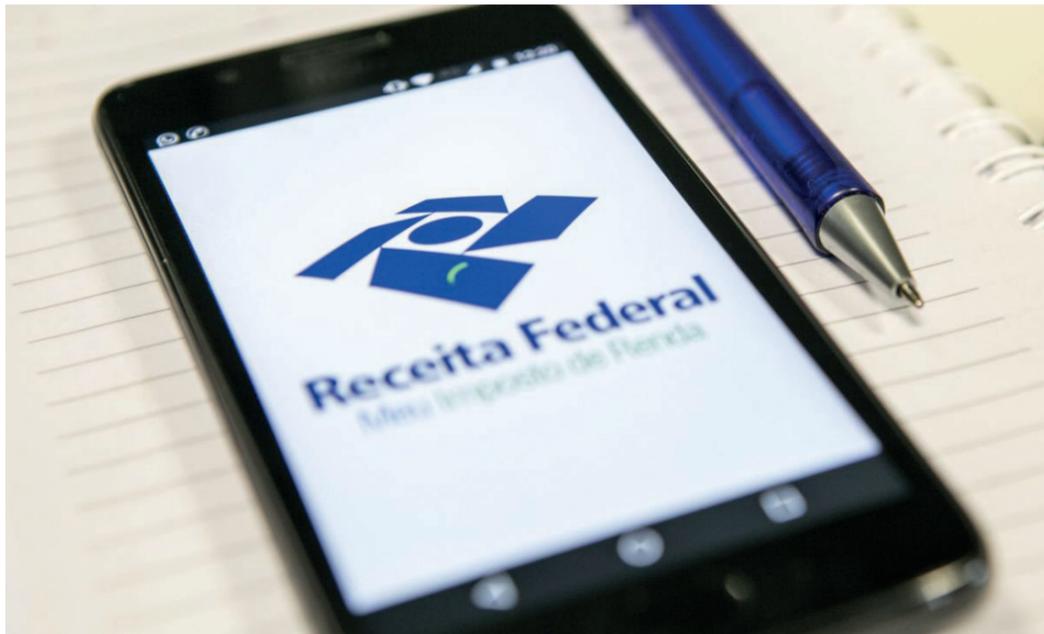
adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de junho de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu  
Auditores Independentes  
CRC nº 2SP 011.609/O-8Vagner Ricardo Alves  
Contador  
CRC nº 1SP 215.739/O-9

Deloitte.

## 31,9 milhões de contribuintes entregaram o IR no prazo; 1 milhão já está na malha fina



Nas três últimas horas do prazo para o envio da declaração do Imposto de Renda deste ano, encerrado às 23h59 de terça (30), 462 mil contribuinte ainda terminavam o preenchimento do documento para envio.

Ao todo, segundo balanço da Receita Federal divulgado nesta quarta (1º), 31,980 milhões de declarações foram enviadas dentro do prazo. A expectativa do Fisco era de que 32 milhões de contribuintes enviassem a prestação de contas neste ano.

Na comparação com 2019, a Receita registrou um aumento de 4,3% nos envios feitos no prazo. No estado de São Paulo, o total de declarações submetidas bateu a expectativa definida pelo governo -10,3 milhões de contribuintes enviaram o IR no prazo.

Segundo o secretário da Receita, José Tostes Neto, 1 milhão de declarações já estavam na malha fina no dia 29 de junho. O principal motivo para reter uma declaração é a omissão de rendimentos -42,2% dos contribuintes com declarações retidas deixaram de informar o salário.

As deduções foram o segundo motivo mais comum a levar as declarações à malha fina e 33,3% tratavam de despesa médicas.

Neste ano, o prazo para o envio das informações fiscais de 2019 à Receita foi alongado por dois meses devido à pandemia do novo coronavírus. Inicialmente, as declarações poderia ser enviadas até 30 de abril.

Balanço divulgado pela Receita no dia 2 de abril apontava que apenas 9,1 milhões de declarações tinham sido enviadas. No dia 1º daquele

mês o órgão anunciou que esticaria o prazo de envio.

Os contribuintes que não entregaram a declaração do IR até o dia 30 já podem fazer a prestação de contas no sistema. Haverá a cobrança de uma multa que varia de R\$ 165,74 até 20% do imposto devido em 2019.

Apesar do prazo esticado para o envio das declarações, a Receita Federal manteve o calendário de pagamento de restituições, que é a devolução do imposto pago a mais pelo contribuintes pessoa física no ano anterior.

Os dois primeiros lotes de restituições já foram pagos. No dia 29 de maio receberam 901 mil contribuintes considerados prioritários, como idosos, pessoas com doenças graves ou deficiência e aqueles que têm o magistério como fonte de renda principal. Foram pagos R\$ 2 bilhões.

Fernanda Brigatti/Folhapress

## Capital paulista pagará mais caro por energia elétrica

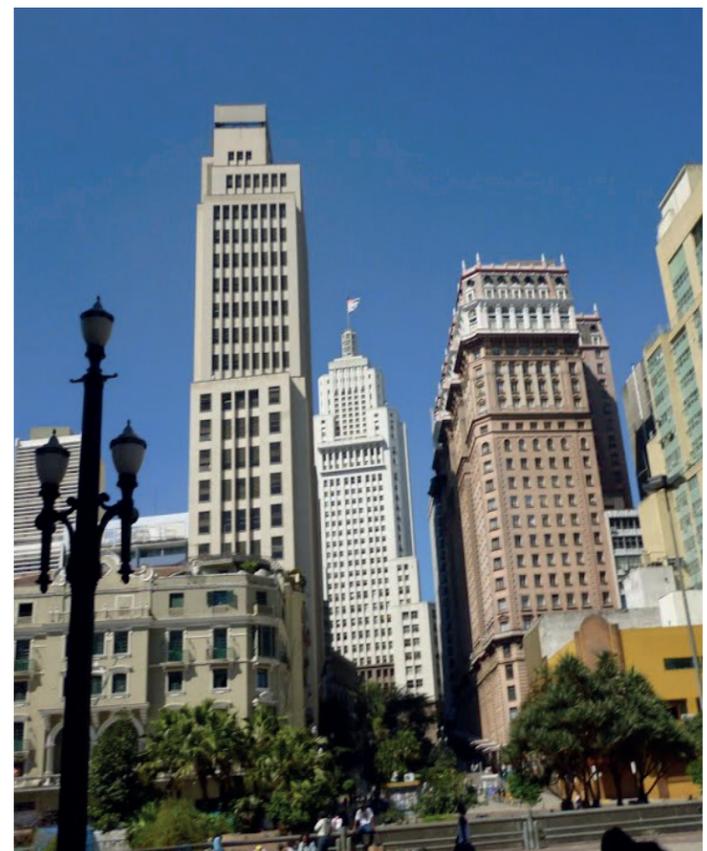
Os consumidores da capital paulista e região metropolitana de São Paulo pagarão mais caro pela energia elétrica fornecida pela Enel São Paulo (antiga Eletropaulo) a partir do próximo dia 4. O reajuste tarifário foi aprovado terça (30) pela diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Devem ser impactados pelo aumento cerca de 7 milhões de unidades consumidoras localizadas em 24 municípios. Os consumidores residenciais terão reajuste de 3,61%. As empresas conectadas em baixa tensão pagarão 3,58% a mais e as de alta tensão, 6%.

“Ao calcular o reajuste, conforme estabelecido no contrato de concessão, a agência considera a variação de custos associados à prestação do serviço, divididos em Parcela A (aquisição e transmissão de energia e os encargos setoriais) e Parcela B (custos gerenciados pela empresa para manter suas atividades)”, explicou a Aneel.

Segundo a Aneel, no caso da concessionária paulista, os itens que mais impactaram o reajuste foram os custos com aquisição de energia da hidrelétrica de Itaipu, valorada em dólar, e os custos de transmissão de energia.

Flávia Albuquerque/ABR



**Pacífico Empreendimentos e Participações S.A.**

CNPJ/MF nº 31.511.220/0001-03

**Relatório da Administração**

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 29 de junho de 2020. *A Administração*

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 2018, exceto quando indicado outro período (Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)**

Balanço Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração dos Fluxos de Caixa				
Ativo	Nota explicativa	2019	2018	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2019	2018	24/08/2018 a 31/12/2018	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa	2019	24/08/2018 a 31/12/2018
Caixa e equivalente de caixa	4	1.672	2.291	Contas a pagar	2	2	10	2.625	778	1.971	533	
Impostos a recuperar	2	-	-	Contas a pagar – partes relacionadas	-	8	11	(443)	(145)	-	-	
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.674</b>	<b>2.291</b>	<b>2.291</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>2.182</b>	<b>633</b>	<b>633</b>	<b>6</b>	<b>443</b>	<b>145</b>
Impostos e contribuições	7	590	117	Reserva de lucros	7	590	11	(71)	(12)	5	367	117
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>590</b>	<b>117</b>	<b>117</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>590</b>	<b>117</b>	<b>2.111</b>	<b>621</b>	<b>621</b>	<b>5</b>	<b>367</b>	<b>117</b>
Patrimônio Líquido	8	-	-	Capital social subscrito	39.382	39.382	13	221	-	3.254	795	-
Reserva de lucros	2.504	533	-	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>41.886</b>	<b>39.915</b>	<b>Resultado financeiro</b>	<b>221</b>	<b>2.332</b>	<b>621</b>	<b>(88)</b>	<b>533</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>41.886</b>	<b>39.915</b>	<b>41.886</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>42.478</b>	<b>40.042</b>	<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>2.332</b>	<b>7</b>	<b>(361)</b>	<b>533</b>	<b>621</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>42.478</b>	<b>40.042</b>	<b>42.478</b>				<b>IRPJ e Contribuição Social</b>	<b>7</b>	<b>(361)</b>	<b>533</b>	<b>621</b>	<b>(88)</b>
							<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>1.971</b>	<b>1.971</b>	<b>533</b>	<b>621</b>	<b>(88)</b>
							<b>Lucro líquido por ações (Média ponderada do período – R\$)</b>	<b>14</b>	<b>0,05</b>	<b>0,01</b>	<b>0,01</b>	<b>0,01</b>
							<b>Básico e diluído</b>	<b>14</b>	<b>0,05</b>	<b>0,01</b>	<b>0,01</b>	<b>0,01</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

Subscrição do capital em 24/08/2018	Nota explicativa	Subscrito	Integrado	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Integralização de capital	8.a	-	2.293	-	-	2.293	2.293
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	533	533
Constituição de reserva legal	8.b	-	-	27	-	(27)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	-	-	-	5	(5)	-
Retenção do lucro do exercício	8.c	-	-	-	501	(501)	-
<b>Saldos em 31/12/2018</b>		<b>39.382</b>	<b>-</b>	<b>27</b>	<b>506</b>	<b>-</b>	<b>39.915</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.971	1.971
Constituição de reserva legal	8.b	-	-	99	-	(99)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	-	-	-	19	(19)	-
Retenção do lucro do exercício	-	-	-	-	1.854	(1.854)	-
<b>Saldos em 31/12/2019</b>		<b>39.382</b>	<b>-</b>	<b>126</b>	<b>2.378</b>	<b>-</b>	<b>41.886</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto Operacional** – A Pacífico Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 24/08/2018, por meio da integralização de capital via cessão de titularidade dos imóveis de seus controladores, conforme descrito na nota explicativa nº 6, e os atos societários de constituição foram registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 14/09/2018. A Companhia tem por objeto principal a compra e venda de imóveis, aluguéis de imóveis próprios e gestão e administração de propriedade imobiliária. A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade de quotas por responsabilidade limitada e, posteriormente, transformada em sociedade por ações, conforme deliberação da Ata de Reunião de Cotistas realizada em 31/12/2018. Os imóveis próprios da Companhia estão integralmente locados a partes relacionadas nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel para Fins não Residenciais, O Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP Momentum”) e Brazil Holdings S.C.S. São seus acionistas, detendo 80% e 20% das ações, respectivamente.

**2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standard Board – IASB”, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pelos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O exercício fiscal da Companhia corresponde ao período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. As informações de 2018, para a Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstrações do Resultado Abrangente não são comparativas com o exercício corrente, pois compreendem o período de 24 de agosto a 31/12/2018, devido a Companhia ter sido constituída em 24/08/2018, conforme nota explicativa nº 1. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 29/06/2020.

**3. Resumo das Principais Políticas Contábeis** – As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são resumidas a seguir: **a) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de qualquer estimativa de descontos comerciais e de impostos e contribuições. **Receita de aluguel:** As receitas de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato de arrendamento mercantil. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e não são destinados para investimento ou outros fins. São classificadas como equivalentes de caixa, tendo em vista que as aplicações financeiras são consideradas de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou resgatáveis a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de valor. **c) Contas a receber:** As contas a receber são decorrentes de contratos de arrendamentos mercantis operacionais e possuem carência de 36 meses, portanto os recebíveis são classificados no longo prazo e trazidos a valor presente para fins de apresentação. Estão apresentadas com base no valor de realização e ajustada pela expectativa de perda, quando aplicável. Dado que as contas a receber possuem carência de recebimento, conforme acima, e são substancialmente com partes relacionadas, em 31/12/2019 e 2018 nenhum ajuste de perda esperada foi registrada na demonstração do resultado. **d) Arrendamentos mercantis:** Os arrendamentos mercantis são classificados como arrendamentos mercantis operacionais quando a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para investimento, de acordo com o CPC 06 (R2). Os custos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são capitalizados e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento. **e) Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação, deduzidas das depreciações acumuladas, calculadas com base no método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado, e por perdas no valor recuperável (“impairment”). Após o reconhecimento inicial, a Administração da Companhia escolheu o modelo do custo para mensuração das propriedades para investimento, mantidas por arrendatários como ativo de direito de uso. O valor justo da propriedade para investimento é divulgado, conforme nota explicativa nº 6. A Administração da Companhia estimou a vida útil das propriedades para investimento em 70 anos. As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro decorrente da alienação. **f) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros:** As propriedades para investimento, quando aplicável, e outros ativos não financeiros, são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC), os quais correspondem a cada uma das propriedades. **g) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos da Companhia estão representados substancialmente por ativos financeiros incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações em fundos de investimentos e contas a receber de partes relacionadas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, em que os custos de transação são registrados no resultado do exercício. A mensuração subsequente dos ativos financeiros é efetuada com base no custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **Classificação de ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócios da Companhia, no qual o ativo financeiro é gerenciado e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado a custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter os seus ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos

para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes à ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições sobre o lucro:** Imposto de renda e contribuição social corrente: O imposto de renda e a contribuição social corrente é mensurado com base no regime de tributação do lucro presumido, nos termos facultados pela legislação tributária em vigor. As obrigações fiscais correntes são calculadas com base em fatores de presunção e em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social no lucro presumido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes de locação e 100% das receitas financeiras, sobre as quais é aplicada a alíquota regular de 15% acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 9% para a contribuição social. **j) Resultado por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer de sua Administração o uso de julgamentos e estimativas no processo de aplicação das políticas contábeis, que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Devido às incertezas e imprecisões inerentes ao processo de escolha da melhor estimativa a ser utilizada, os resultados reais das transações podem ser diferentes dos valores estimados. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas utilizadas, com risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos, passivos, receitas e despesas no próximo período financeiro, estão relacionadas com o prazo de linearização das receitas de contratos de aluguel utilizados e com a expectativa de vida útil econômica dos imóveis para fins de reconhecimento da despesa de depreciação, ajuste ao valor presente do contas a receber, e o valor justo das propriedades de investimento para fins de divulgação. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **l) Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **m) Adoção de normas novas, alterações e interpretações de normas:** (i) Normas, interpretações e alterações de normas implementadas e adotadas pela Companhia em 01/01/2019:

Até um ano	2019	2018
De um a cinco anos	17.595	17.660
De cinco a 10 anos	18.684	18.675
Acima de 10 anos	112.106	112.050
<b>Total</b>	<b>148.385</b>	<b>148.385</b>

Ademais, não existem outras transações com partes relacionadas além das mencionadas em questão. **Remuneração da Administração:** Em 31/12/2019 e 2018, o montante de remuneração dos administradores foi de R\$25 e R\$4, respectivamente, e está apresentado na nota explicativa nº 11 como “Despesas com serviços profissionais”.

5. Contas A Receber – Partes Relacionadas	2019	2018
WMS Supermercados do Brasil Ltda. (a)	4.066	807
(-) Ajuste a valor presente	(367)	-
<b>Total</b>	<b>3.693</b>	<b>807</b>
Não Circulante	3.693	807
<b>Total</b>	<b>3.693</b>	<b>807</b>

(a) Contratos de locação de imóveis das lojas Walmart Big Iguatemi e Campinas Shopping Outlet. Os contratos de arrendamento mercantis são atualizados anualmente com base na variação do IPCA e não existem cláusulas de recebimentos contingentes. Os valores dos aluguéis normalmente são recebidos até o 5º dia útil do mês subsequente, sendo que foram concedidos inicialmente aos arrendatários um prazo de carência de 24 meses a contar da data do contrato assinado em 30/09/2018. Porém, em 30/04/2020 as Partes negociaram, de boa-fé e pautadas nos princípios da solidariedade e da cooperação contratual a extensão do prazo da Carência estabelecido no Contrato de Locação em período adicional de 12 meses, portanto o prazo de carência atualizado é de 36 meses. **Contratos de aluguel:** Os contratos de aluguel com partes relacionadas foram negociados com prazo de 240 meses, com direito à renovação automática por mais 3 períodos consecutivos de 240 meses. Para fins de linearização das receitas de aluguel, a Companhia utilizou com base um período de 480 meses. Os aluguéis mínimos futuros (sem o ajuste a valor presente) a receber para os contratos de locação vigentes em 31/12/2019 e 2018 são resumidos a seguir:

	2019	2018
Até um ano	-	-
De um a cinco anos	17.595	17.660
De cinco a 10 anos	18.684	18.675
Acima de 10 anos	112.106	112.050
<b>Total</b>	<b>148.385</b>	<b>148.385</b>

	2019	2018
Saldo inicial em 24/08/2018	-	-
Integralização de capital controlador	6.635	30.454
Depreciações (*)	-	(145)
Saldo final em 31/12/2018	6.635	30.309
Custo de transação (a)	-	610
Depreciações (*)	-	(443)
Saldo final em 31/12/2019	6.635	30.476

(\*) A refere-se ao imposto de transferência de propriedade de acordo com o CPC 28/IAS40, parágrafo 21, o qual faz parte do custo da propriedade. (\*) As propriedades para investimento são depreciadas à taxa de 1,43% ao ano, considerando uma estimativa de vida útil de 70 anos. A Administração estimou que o valor justo dos imóveis em 2019 é de R\$79.767, apurado com base no fluxo de caixa dos contratos de locação, os quais são utilizados e reconhecidos para casos de avaliação e demais análises. A metodologia adotada consiste na análise das características físicas da propriedade e das diversas informações levantadas no mercado, como por exemplo a utilização taxa de capitalização (“cap rate”) de 7,50% ao ano. A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual. As Propriedades para Investimentos referem-se a imóveis situados nas seguintes localidades:

Imóvel	Localização
WM Campinas Shopping Outlet	R. Jacy Teixeira Camargo,940,Campinas/SP
BIG Iguatemi	Av. Madre Benvenuta,687,Lj 11,Florianópolis/SC

7. Impostos e Contribuições	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social diferido (a)	442	88
PIS e COFINS diferido (b)	148	29
<b>Total</b>	<b>590</b>	<b>117</b>

O imposto de renda e contribuição social diferidos e PIS e COFINS é relativo às receitas de aluguéis registrado conforme competência contábil e totaliza R\$590 em 31/12/2019 (R\$117 em 31/12/2018). O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto pela Lei nº Lei nº 12.973 de 2014 e Instrução normativa nº 1.700 de 2017 da Receita Federal. **a) Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente:** O imposto de renda e a contribuição social diferido e corrente foi determinado com base no regime do lucro presumido, como segue:

	Alíquota	2019	2018
Receita bruta de aluguel de imóveis	32,5%	3.253	807
Fator de presunção	32%	32%	32%
Lucro presumido	1,041	258	258
Tributos sobre o lucro presumido:			
Imposto de renda	25%	260	65
Contribuição social	9%	94	23
<b>Total de IRPJ e CSLL diferido (A)</b>	<b>354</b>	<b>88</b>	<b>88</b>
Tributos correntes sobre outras receitas:			
Base de cálculo	30	30	30
Imposto de renda	15%	5	5
Contribuição social	9%	3	3
<b>Total de IRPJ e CSLL corrente (B)</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>
<b>Total de despesa de IRPJ e CSLL diferido e corrente (A+B)</b>	<b>361</b>	<b>95</b>	<b>95</b>

	2019	2018
Receita bruta de aluguel de imóveis	3.253	807
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
<b>Total de despesa de PIS e COFINS diferidos</b>	<b>119</b>	<b>29</b>

8. Patrimônio Líquido – a) Capital Social:	2019	2018
Em 31/12/2019, o capital social integralizado é de R\$39.382 e está representado por 39.381.961 ações ordinárias. Este saldo é composto por R\$37.089 decorrentes da integralização de capital via recebimento de ativo, conforme descrito na nota explicativa nº 6, e R\$2.293 referente à aporte de capital. <b>b) Reserva Legal:</b> É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social ou facultado a constituição no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182, exceder a 30% do capital social. Em 31/12/2019 e 2018 o saldo dessa reserva é de R\$126 e R\$27, respectivamente. <b>c) Dividendos:</b> O estatuto social da Companhia prevê que, do resultado apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, 1% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório. Em 30/11/2019, os representantes da Companhia por meio da realização de assembleia geral ordinária, deliberou a manutenção do lucro do exercício de 2018, após a destinação de reserva legal, no grupo de reserva de lucros, ficando expressamente		

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras** Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo

com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria**

continua ...

... continuação

**das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional

ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis

Pacífico Empreendimentos e Participações S.A.

e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras,

inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de junho de 2020

**Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes**  
CRC nº 2SP 011.609/O-8  
**Vagner Ricardo Alves**  
Contador CRC nº 1SP 215.739/O-9

**Deloitte.**

## Brasil é o quinto país com maior dificuldade para o home office



Em um índice com 30 países, que inclui Estados Unidos, China e África do Sul, o Brasil é o quinto país com maior dificuldade de implementar o home office em larga escala. A conclusão está em um novo estudo do MIT (Massachusetts Institute of Technology), que indica que há países com melhores condições de prosperar economicamente em meio ao lockdown e distanciamento social.

Todos os países em desenvolvimento terminaram nas posições mais baixas do índice, principalmente pela infraestrutura ruim de internet e por características demográficas. Os dados que levaram o Brasil à quinta pior posição foram: 67% da população com acesso à internet a uma velocidade média de 24 mbps; 47% da famílias brasileiras têm morador com menos de 15 anos e a falta de dados disponível a respeito do percentual de profissionais empregados que têm ex-

periência no trabalho remoto.

“No geral, o Brasil é um mix em termos do quão fácil ou difícil pode ser a transição para o trabalho remoto. Do lado positivo, há menos pessoas trabalhando em ocupações que exigem alta proximidade física. Por outro lado, os lares brasileiros têm fatores que podem dificultar o trabalho em casa. Muitos têm filhos pequenos que podem distrair os adultos. O acesso e a velocidade da internet também estão bem abaixo da média vista nos países desenvolvidos”, afirma Seth G. Benzell, um dos autores do estudo, ao Valor.

Para os pesquisadores Sarah H. Bana e Seth G. Benzell, do MIT Initiative on the Digital Economy e Rodrigo Razo Solares, da Anáhuac University, no México, o índice pode auxiliar decisões de governos e da liderança das empresas à medida que as economias dos países forem sendo reabertas. Mesmo porque há uma chance razoável, afir-

mam, de novas paralisações ocasionadas por ondas de contágio do coronavírus ou desastres pós covid-19.

O índice foi formado a partir de quatro componentes. O primeiro analisa as ocupações dos 30 países e o grau exigido de proximidade para que o trabalho seja realizado. Dentistas, barbeiros, garçons e comissários de bordo, por exemplo, não pode trabalhar remoto. Economias com grande participação dessas ocupações, que demandam alta proximidade, tendem a sofrer mais com o impacto do distanciamento social. Espanha, Irlanda e Estados Unidos têm mais de 10% de sua força de trabalho em tais ocupações, enquanto China e Brasil têm menos de 5%. Acesso e qualidade da internet, percentual de famílias com um filho em casa e a percentual de profissionais empregados que já trabalham em casa ocasionalmente são os outros componentes.

Biznews

## Gigante chinês das máquinas, XCMG inicia operação de banco no Brasil

O grupo XCMG, um dos maiores fabricantes de maquinário pesado da China, inicia nesta quarta-feira (1º) sua operação bancária no Brasil.

A instituição financeira do grupo, com investimento inicial R\$ 100 milhões, tem como foco principal a indústria e os próprios negócios (de fornecedores e distribuidores do grupo), depois empresas chinesas no país e, se ainda tiver capital, não descarta uma atuação mais ampla.

“O banco XCMG foi criado para financiar as operações da indústria, mas vemos que conseguimos ser mais do que isso. Nosso presidente é o chefe da associação brasileira das empresas chinesas, o que reforça nossa relação com essas companhias”, diz Way Chien, gerente jurídico do grupo XCMG Brasil em entrevista à Folha de S.Paulo.

“Depois da indústria e das empresas chinesas, num terceiro momento, se ainda tivermos fôlego sobrando, atenderíamos o mercado em

geral como se fôssemos um banco qualquer.”

Mesmo antes de iniciar suas atividades, o banco já foi procurado por empresas do segmento industrial e já recebeu documentação para análise de crédito, segundo Chien.

A previsão feita pelo grupo no começo do ano sobre a movimentação do banco se mantém, apesar da crise econômica desencadeada com a pandemia do novo coronavírus. A projeção é de que entre R\$ 400 milhões e R\$ 500 milhões sejam transacionados em operações de crédito no primeiro ano e que o break even (quando a empresa não dá lucro e nem prejuízo) seja atingido em três anos.

Isso é sinal de que nem mesmo a economia brasileira travada por conta da pandemia afugenta o dinheiro chinês do Brasil, conforme afirma Chien. Para ele, mesmo que reprimida, há uma demanda por capital e a própria crise mostra que há uma lacuna a ser preenchida.

Arthur Caligari/Folhapress



**Kursk Empreendimentos e Participações S.A.**

CNPJ/MF nº 31.509.605/0001-36  
Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 29 de junho de 2020. A Administração

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 2018, exceto quando indicado outro período (Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)**

Ativo	Balanço Patrimonial			Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Demonstração do Resultado			Demonstração dos Fluxos de Caixa					
	2019	2018	2018			2019	2018	24/08/2018 a 31/12/2018	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	24/08/2018 a 31/12/2018	Operacionais			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>				<b>Receita Líquida</b>	9	3.953	1.171	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	3.123	877
Caixa e equivalente de caixa	4	53	1.509	Contas a pagar	2	2	Custo dos serviços prestados	10	(463)	(148)	Lucro líquido do exercício			
Impostos a recuperar		2	–	Contas a pagar – partes relacionadas		10	Lucro Bruto		3.490	1.023	Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>55</b>	<b>1.509</b>		<b>Total do passivo circulante</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	Despesas gerais e administrativas	10	(77)	(14)	Depreciação	6	463	148
				<b>Não Circulante</b>			<b>Resultado Operacional</b>		3.413	1.009	Imposto e contribuições	7	712	177
<b>Não Circulante</b>				Impostos e contribuições	7	889	Resultado Financeiro	12	252	–	Ajuste a valor presente	5	553	–
Contas a receber – partes relacionadas	5	5.561	1.216	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>889</b>	<b>177</b>	<b>Resultado antes do IRPJ e da CSLL</b>		3.665	1.009	Variações nos ativos e passivos:			
Propriedade para investimento	6	68.033	67.099	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>8</b>		IRPJ e Contribuição Social	7	(542)	(132)	Impostos a recuperar e a pagar	6	–	
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>73.594</b>	<b>68.315</b>		Capital social subscrito	68.758	68.758	<b>Lucro Líquido Do Exercício</b>		3.123	877	Partes relacionadas	(4.908)	(1.206)	
				Reserva de lucros	4.000	877	Lucro líquido por ações (Média ponderada do período – R\$)				Contas a pagar	–	2	
<b>Total do Ativo</b>	<b>73.649</b>	<b>69.824</b>		<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>72.758</b>	<b>69.635</b>	Básico e diluído	13	0,05	0,01	Pagamento de IRPJ e contribuição social	(9)	–	
				<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>73.649</b>	<b>69.824</b>	<b>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</b>				<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			

Subscrição do capital em 24/08/2018	Nota explicativa	Capital social		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Subscrito	Integrado	Reserva legal	Reserva de lucros		
Integralização de capital	1	68.758	(2.365)	–	–	–	66.393
Lucro líquido do exercício	8.a	–	2.365	–	–	–	2.365
Constituição de reserva legal	8.b	–	–	44	–	877	877
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	–	8	(8)	(44)
Retenção do lucro do exercício	8.c	–	–	–	825	(825)	(8)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>		<b>68.758</b>		<b>44</b>	<b>833</b>		<b>69.635</b>
Lucro líquido do exercício	8.b	–	–	–	–	3.123	3.123
Constituição de reserva legal	8.c	–	–	156	–	(156)	(156)
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	–	30	(30)	(30)
Retenção do lucro do exercício	–	–	–	–	–	2.937	(2.937)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>		<b>68.758</b>		<b>200</b>	<b>3.800</b>		<b>72.758</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto Operacional** – A Kursk Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 24/08/2018, por meio da integralização de capital via cessão de titularidade dos imóveis de seus controladores, conforme descrito na nota explicativa nº 6, e os atos societários de constituição foram registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 14/09/2018. A Companhia tem por objeto principal a compra e venda de imóveis, aluguel de imóveis próprio e gestão e administração de propriedade imobiliária. A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade de quotas por responsabilidade limitada e, posteriormente, transformada em sociedade por ações, conforme deliberação da Ata de Reunião de Cotistas realizada em 31/12/2018. Os imóveis próprios da Companhia estão integralmente locados a partes relacionadas nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel para Fins não Residenciais. O Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP Momentum”) e Brazil Holdings S.C.S. são seus acionistas, detendo 80% e 20% das ações, respectivamente.

**2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pelos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O exercício fiscal da Companhia corresponde ao período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. As informações de 2018, para a Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstrações do Resultado Abrangente não são comparativas com o exercício corrente, pois compreendem o período de 24 de agosto a 31/12/2018, devido a Companhia ter sido constituída em 24/08/2018, conforme nota explicativa nº 1. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 29/06/2020.

**3. Resumo das Principais Políticas Contábeis** – As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são resumidas a seguir: **a) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de qualquer estimativa de descontos comerciais e de impostos e contribuições. **Receita de aluguel:** As receitas de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato de arrendamento mercantil. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e não são destinados para investimento ou outros fins. São classificadas como equivalentes de caixa, tendo em vista que as aplicações financeiras são consideradas de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou resgatáveis a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de valor. **c) Contas a receber:** As contas a receber são decorrentes de contratos de arrendamentos mercantis operacionais e possuem carência de 36 meses, portanto os recebíveis são classificados no longo prazo e trazidos a valor presente para fins de apresentação. Estão apresentadas com base no valor de realização e ajustada pela expectativa de perda, quando aplicável. Dado que as contas a receber possuem carência de recebimento, conforme acima, e são substancialmente com partes relacionadas, em 31/12/2019 e de 2018 nenhum ajuste de perda esperada foi registrada na demonstração do resultado. **d) Arrendamentos mercantis:** Os arrendamentos mercantis são classificados como arrendamentos mercantis operacionais quando a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para investimento, de acordo com o CPC 06 (R2). Os custos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são capitalizados e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento. **e) Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação, deduzidas das depreciações acumuladas, calculadas com base no método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado, e por perdas no valor recuperável (“impairment”). Após o reconhecimento inicial, a Administração da Companhia escolheu o modelo do custo para mensuração das propriedades para investimento, mantidas por arrendatários como ativo de direito de uso. O valor justo da propriedade para investimento é divulgado, conforme nota explicativa nº 6. A Administração da Companhia estimou a vida útil das propriedades para investimento em 70 anos. As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro decorrente da alienação. **f) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros:** As propriedades para investimento, quando aplicável, e outros ativos não financeiros, são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC), os quais correspondem a cada uma das propriedades. **g) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos da Companhia estão representados substancialmente por ativos financeiros incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações em fundos de investimentos e contas a receber de partes relacionadas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, em que os custos de transação são registrados no resultado do exercício. A mensuração subsequente dos ativos financeiros é efetuada com base no custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **Classificação de ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócios da Companhia, no qual o ativo financeiro é gerenciado e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado a custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e de 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e de 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições sobre o lucro:** Imposto de renda e contribuição social corrente: O imposto de renda e a contribuição social corrente é mensurado com base no regime de tributação do lucro presumido, nos termos facultados pela legislação tributária em vigor. As obrigações fiscais correntes são calculadas com base em fatores de presunção e em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social no lucro presumido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes de locação e 100% das receitas financeiras, sobre as quais é aplicada a alíquota regular de 15% acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 9% para a contribuição social. **j) Resultado por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro (prejuízo) líquido por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer de sua Administração o uso de julgamentos e estimativas no processo de aplicação das políticas contábeis, que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Devido a incertezas e imprecisões inerentes ao processo de escolha da melhor estimativa a ser utilizada, os resultados reais das transações podem ser diferentes dos valores estimados. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas utilizadas, com risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos, passivos, receitas e despesas no próximo período financeiro, estão relacionadas com o prazo de linearização das receitas de contratos de aluguel utilizado e com a expectativa de vida útil econômica dos imóveis para fins de reconhecimento da despesa de depreciação, ajuste ao valor presente do contas a receber e o valor justo das propriedades de investimento para fins de divulgação. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **l) Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **m) Adoção de normas novas, alterações e interpretações de normas:** (i) Normas, interpretações e alterações de normas implementadas e adotadas pela Companhia em 01/01/2019;

**Impacto nas demonstrações financeiras**

Impacto nas demonstrações financeiras	2019	2018
A Administração da Companhia avaliou os impactos do CPC 06 (R2)/IFRS 16 e concluiu que sua adoção não tem impacto nas demonstrações financeiras.		
A Administração da Companhia avaliou os impactos do CPC 22/IFRIC 23 e entende que sua adoção não tem impacto relevante nas demonstrações financeiras.		

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Aplicações financeiras (*)	2019	2018
Total	53	1.509

(\*) Aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e insignificante risco de mudança no valores. Estão representadas por investimentos em títulos de renda fixa de emissão privada, com remuneração média de 81% a 89% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

**5. Contas a Receber – Partes Relacionadas**

Walmart Brasil Ltda. (a)	2019	2018
(-) Ajuste a valor presente	6.114	1.216
Total	5.561	1.216

Não circulante

Total	2019	2018
Total	5.561	1.216

(a) Contratos de locação de imóveis das lojas Walmart Brasília (Combo), Goiânia Norte e Super Barro Vermelho: Os contratos de arrendamento mercantis são atualizados anualmente com base na variação do IPCA e não existem cláusulas de recebimentos contingentes. Os valores dos aluguéis normalmente são recebidos até o 5º dia útil do mês subsequente.

**6. Propriedades para Investimentos**

Terrenos	Edificações	Total
Saldo inicial 24/08/2018	–	–
Integralização de capital controlador	35.535	30.858
Custos de transação (a)	–	854
Depreciações (*)	–	(148)
Saldo final 31/12/2018	35.535	31.564
Custos de transação (a)	–	1.397
Depreciações (*)	–	(463)
Saldo final 31/12/2019	35.535	32.498

(a) Refere-se ao imposto de transferência de propriedade de acordo com o CPC 28/IAS40, parágrafo 21, o qual faz parte do custo da propriedade. (\*) As propriedades para investimento são depreciadas à taxa de 1,43% ao ano, considerando uma estimativa de vida útil de 70 anos. A Administração estimou que o valor justo dos imóveis em 2019 é de R\$120.130, apurado com base no fluxo de caixa dos contratos de locação, os quais são utilizados e reconhecidos para casos de avaliação e demais análises. A metodologia adotada consiste na análise das características físicas da propriedade e das diversas informações levantadas no mercado, como por exemplo a utilização taxa de capitalização (“cap rate”) de 7,50% ao ano. A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual. As Propriedades para Investimentos referem-se a imóveis situados nas seguintes localidades:

**Imóvel**

Localização	2019	2018
WM Brasília (Combo)	–	–
WM Goiânia Norte	–	–
Bompeço Barro Vermelho	–	–

**7. Impostos e Contribuições**

Imposto de renda e contribuição social diferido (a)	2019	2018
PIS e COFINS diferido (b)	665	132
Total	224	45

O imposto de renda e contribuição social diferidos e PIS e COFINS é relativo às receitas de aluguel registrado conforme competência contábil e totaliza R\$889 em dezembro de 2019 (R\$177 em 31/12/2018). O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto pela Lei nº 12.973 de 2014 e Instrução normativa nº 1.700 de 2017 da Receita Federal. a) Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente: O imposto de renda e a contribuição social diferido e corrente foi determinado com base no regime do lucro presumido, como segue:

Alíquota nominal	24/08/2018 a 31/12/2018	2019	2018
Receita bruta de aluguel de imóveis	4,89%	4.899	1.216
Fator de presunção	32%	32%	32%
Lucro presumido	1,568	389	
Imposto de renda	25%	392	97
Contribuição social	9%	141	35
Total de IRPJ e a CSLL diferido (A)		533	132
Tributos correntes sobre outras receitas:			
Base de cálculo		36	–
Imposto de renda	15%	6	–
Contribuição social	9%	3	–
Total de IRPJ e a CSLL corrente (B)		9	–
Total despesa de imposto de renda e contribuição social diferido e corrente (A+B)		542	132

b) PIS e COFINS diferido

Alíquota nominal	24/08/2018 a 31/12/2018	2019	2018
Receita bruta de aluguel de imóveis	4,89%	4.899	1.216
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%	3,65%
Total de despesa de PIS e COFINS diferidos		179	45

**8. Patrimônio Líquido – a) Capital Social:** Em 31/12/2018, o capital social integralizado é de R\$68.758 e está representado por 68.758,368 ações ordinárias. Este saldo é composto por R\$66.393 decorrentes da integralização de capital via recebimento de ativo, conforme descrito na nota explicativa nº 6, e R\$2.365 referente à aporte de capital. **b) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social ou facultado a constituição no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182, exceder a 30% do capital social. Em 31/12/2019 e de 2018 o saldo dessa reserva é de R\$200 e R\$44, respectivamente. **c) Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê que, do resultado apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, 1% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório. Em 30/11/2019, os representantes da Companhia por meio da realização de assembleia geral ordinária,

Receita bruta de aluguel de imóveis

2019	2018	
Receitas e despesas financeiras	2019	2018
Receitas financeiras	38	–
Ajuste a valor presente (*)	214	–
Total	252	–

**10. Custos e Despesas por Natureza**

2019	2018	
Depreciação	463	148
Despesas com serviços profissionais	25	4
Despesas com honorários profissionais (a)	52	10
Total	540	162

Atribuível a:

2019	2018	
Custo dos serviços prestados	463	148
Despesas gerais e administrativas	77	14
Total	540	162

(a) Referem-se, substancialmente, aos gastos com serviços de contabilidade e serviços advocatícios.

**11. Instrumentos Financeiros – Classificação e mensuração:** Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. **Gestão de riscos:** As atividades da Companhia estão expostas, substancialmente, a riscos de crédito e de liquidez, que são administrados por meio de políticas e controles internos. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a riscos de mercado, por não apresentar exposições a riscos de taxas de juros e de câmbio. **Risco de crédito:** Os riscos de crédito associados a depósitos bancários e aplicações financeiras são mitigados mediante a realização de transações com instituições financeiras de primeira linha e aplicações em títulos de curto prazo ou resgatáveis a qualquer tempo. O risco de crédito para os aluguéis a receber é minimizado em decorrência das contrapartes dos contratos de arrendamento mercantil operacional serem partes relacionadas. **Risco de liquidez:** A previsão do fluxo de caixa da Companhia é realizada pelo departamento de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez e assegurar a manutenção de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa, além do saldo exigido para a administração do capital circulante, é investido em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos financeiros com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente de liquidez. **Gerenciamento de capital:** Os objetivos da Companhia em administrar o capital são o de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

**12. Resultado Financeiro, Líquido** – Na demonstração de resultados, as receitas e despesas financeiras apresentam a seguinte composição:

**Receitas e despesas financeiras**

2019	2018	
Receitas financeiras	38	–
Ajuste a valor presente (*)	214	–
Total	252	–

(\*) O ajuste a valor presente é decorrente de recomposição da posição do contas a receber.

**13. Resultado Por Ação**

2019	2018	
Numerador básico/diluído	3.123	877
Lucro líquido do período atribuível aos cotistas	3.123	877

**Denominador básico/diluído**

2019	2018	
Ações ordinárias	68.758.368	68.758.368
Número médio ponderado de ações em circulação	68.758.368	68.758.368
Lucro líquido por ação básico – R\$	0,05	0,01

**14. Seguros** – A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos – sobre seus ativos, conforme demonstrado a seguir:

Cobertura	Vigência início	Vigência término
Danos materiais (DM)	11/9/2019	29/09/2020
Transações Não Caixa	Entre 24 de agosto e 31/12/2018	A Companhia teve transação que não representou desembolso de caixa e, portanto, não foi apresentada na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

\* Integralização de capital via recebimento de imóveis de seus controladores – notas explicativas nº 1 e nº 6.

**16. Eventos Subsequentes** – A sociedade mundial sofre com a pandemia pelo Covid-19, causada pela disseminação do vírus popularmente conhecido como Coronavírus, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde – OMS, o que causou a decretação de estado de emergência e calamidade pública no Brasil, com determinação de isolamento e quarentena a serem observadas pela população, e

... continuação

Kursk Empreendimentos e Participações S.A.

financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos

a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 29 de junho de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2SP 011.609/O-8

Wagner Ricardo Alves

Contador CRC nº 1SP 215.739/O-9

Deloitte.

## XP compra fintech para entrar no mercado de antecipação de recebíveis

Plataforma assume posição majoritária na Antecipa, fundada em 2015, que liga grandes empresas a fornecedores



**A** XP Investimentos está colocando o pé no mercado de recebíveis. Sem informar o valor, anunciou hoje que comprou o controle da Antecipa, uma plataforma de digital de antecipação de recebíveis, fundada por Camilo Telles e Michel Borges em 2015. Apesar da posição de controle, os sócios originais terão independência para tocar o negócio. Trata-se do primeiro negócio da XP nesse segmento.

O foco da Antecipa, que tem sede na Bahia, é auxiliar grandes companhias a antecipar recebíveis da sua cadeia de fornecedores. Em outubro do ano passado, a fintech recebeu um aporte de 4,5 milhões de reais liderado pelo fundo Redpoint eventures. A companhia acumulava, então, operações de mais de 120

milhões reais e tinha planos ambiciosos após o aporte.

A ideia, com a transação, é dar acesso total a Telles e Borges à base de clientes da plataforma XP para acelerar o crescimento do negócio. Logo após o aporte de 2019, Telles contou à EXAME que o plano era chegar a 10 mil clientes no primeiro semestre deste ano e a 100 mil em dois anos.

O objetivo do modelo desenvolvido pela Antecipa é integrar financeiramente grandes companhias e seus fornecedores. As empresas de grande porte podem ter ganho financiando seus fornecedores – por meio da antecipação de recebíveis com retorno interessante – e, ao mesmo tempo, manter sua cadeia de abastecimento de produtos e serviços saudável.

Ao eliminar o banco da transação, a Antecipa divide

a fatia que antes ficava com a instituição entre as duas partes – retorno para o comprador e desconto menor para o fornecedor. O sistema é baseado em um algoritmo próprio e a taxa de desconto é estabelecida a cada transação. A operação ainda depende de aprovação do Banco Central (BC).

A XP entende que, mesmo um mercado que tem participação de grandes players, há oportunidades de melhoria de eficiência. No comunitário ao mercado sobre o negócio, Bruno Constantino, diretor financeiro da XP Inc destacou que o atual cenário econômico torna esse mercado ainda mais relevante, pois as empresas estão precisando minimizar custos e apoiar os seus fornecedores.

Exame/Biznews

### DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,3646 / R\$ 5,3651 \*\*

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,316 / R\$ 5,318 \*

Turismo - R\$ 4,970 /

R\$ 5,596

(\*) cotação média do mercado

(\*\*) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: -2,170%

OURO BM&amp;F

R\$ 300,00

### BOLSAS

Bovespa (Ibovespa)

Variação: 1,21%

Pontos: 96.203

Volume financeiro: R\$

28,074 bilhões

Maiores altas: Cie-

lo ON (6,93%), Cyrela

ON (6,36%), Cosan ON

(6,31%),

Maiores baixas: IRB Brasil

ON (-17,09%), Bradespar

PN (-3,30%), Gerdau PN

(-2,29%)

S&amp;P 500 (Nova York):

0,50%

Dow Jones (Nova York):

-0,30%

Nasdaq (Nova York): 0,95%

CAC 40 (Paris): -0,18%

Dax 30 (Frankfurt): -0,41%

Financial 100 (Londres):

-0,19%

Nikkei 225 (Tóquio):

-0,75%

Hang Seng (Hong Kong):

0,52%

Shanghai Composite

(Xangai): 1,38%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 2,01%

Merval (Buenos Aires):

3,00%

IPC (México): -0,34%

### ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Fevereiro 2019: 0,43%

Março 2019: 0,75%

Abril 2019: 0,57%

Maio 2019: 0,13%

Junho 2019: 0,01%

Julho 2019: 0,19%

Agosto 2019: 0,11%

Setembro 2019: -0,04%

Outubro 2019: 0,10%

Novembro 2019: 0,51%

Dezembro 2019: 1,15%

Janeiro 2020: 0,21%

Fevereiro 2020: 0,25%

Março 2020: 0,07%

Abril 2020: -0,31%

### INPC/IBGE

Fevereiro 2019: 0,54%

Março 2019: 0,77%

Abril 2019: 0,60%

Maio 2019: 0,15%

Junho 2019: 0,01%

Julho 2019: 0,10%

Agosto 2019: 0,12%

Setembro 2019: -0,05%

Outubro 2019: 0,04%

Novembro 2019: 0,54%

Dezembro 2019: 1,22%

Janeiro 2020: 0,19%

Fevereiro 2020: 0,17%

Março 2020: 0,18%

Abril 2020: -0,23%

### IPC/Fipe

Fevereiro 2019: 0,54%

Março 2019: 0,51%

Abril 2019: 0,29%

Maio 2019: -0,02%

Junho 2019: 0,15%

Julho 2019: 0,14%

Agosto 2019: 0,33%

Setembro 2019: 0,00%

Outubro 2019: 0,16%

Novembro 2019: 0,68%

Dezembro 2019: 0,94%

Janeiro 2020: 0,29%

Fevereiro 2020: 0,11%

Março 2020: 0,10%

Abril 2020: -0,30%

### IGP-M/FGV

Fevereiro 2019: 0,88%

Março 2019: 1,26%

Abril 2019: 0,92%

Maio 2019: 0,45%

Junho 2019: 0,80%

Julho 2019: 0,40%

Agosto 2019: -0,67%

Setembro 2019: -0,01%

Outubro 2019: 0,68%

Novembro 2019: 0,30%

Dezembro 2019: 2,09%

Janeiro 2020: 0,48%

Fevereiro 2020: -0,04%

Março 2020: 1,24%

Abril 2020: 0,80%

**Overlord Empreendimentos e Participações S.A.**

CNPJ/MF nº 31.509.654/0001-79

**Relatório da Administração**

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 29 de junho de 2020. A Administração

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 2018, exceto quando indicado outro período (Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)**

Balanço Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração dos Fluxos de Caixa			
Ativo	Nota explicativa	2019		2018		Nota explicativa	24/08/2018		Nota explicativa	24/08/2018	
		2019	2018	2019	2018		2019	2018		2019	2018
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalente de caixa	4	1.276	1.438			10	4.075	1.282			
Impostos a recuperar		3	–			11	(286)	(107)			
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.279</b>	<b>1.438</b>				<b>3.789</b>	<b>1.175</b>			
<b>Não Circulante</b>											
Contas a receber – partes relacionadas	5	5.515	1.331			11	(2.638)	(20)			
Propriedade para investimento	6	19.397	33.464			13	327	327			
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>24.912</b>	<b>34.795</b>				<b>1.151</b>	<b>1.155</b>			
<b>Total do Ativo</b>		<b>26.191</b>	<b>36.233</b>				<b>1.478</b>	<b>1.155</b>			
							<b>902</b>	<b>(145)</b>			
							<b>902</b>	<b>1.010</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Nota explicativa	Capital social		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
	Subscrito	Integrado	Reserva legal	Reserva de lucros		
Subscrição do capital em 24 de agosto de 2018	1	35.011	(1.440)	–	–	33.571
Integralização de capital	8.a	–	1.440	–	–	1.440
Lucro líquido do exercício		–	–	–	1.010	1.010
Constituição de reserva legal	8.b	–	–	51	(51)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	–	10	(10)
Retenção do lucro do exercício	8.c	–	–	–	949	(949)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>35.011</b>	<b>–</b>	<b>51</b>	<b>959</b>	<b>36.021</b>
Acevo Líquido Cindido	8.a	(11.600)	–	–	–	(11.600)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	902	902
Constituição de reserva legal	8.b	–	–	45	(45)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	–	9	(9)
Retenção do lucro do exercício		–	–	–	848	(848)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>23.411</b>	<b>–</b>	<b>96</b>	<b>1.816</b>	<b>25.323</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto Operacional** – A Overlord Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 24/08/2018, por meio da integralização de capital via cessão de titularidade dos imóveis de seus controladores, conforme descrito na nota explicativa nº 6, e os atos societários de constituição foram registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 14/09/2018. A Companhia tem por objeto principal a compra e venda de imóveis, aluguel de imóveis próprio e gestão e administração de propriedade imobiliária. A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade de quotas por responsabilidade limitada e, posteriormente, transformada em sociedade por ações, conforme deliberação da Ata de Reunião de Cotistas realizada em 31/12/2018. Os imóveis próprios da Companhia estão integralmente locados a partes relacionadas nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel para Fins não Residenciais. O Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP Momentum") e Brazil Holdings S.C.S. são seus acionistas, detendo 80% e 20% das ações, respectivamente.

**2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standard Board – IASB", pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pelos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O exercício fiscal da Companhia corresponde ao período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. As informações de 2018, para a Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstrações do Resultado Abrangente não são comparativas com o exercício corrente, pois compreendem o período de 24 de agosto a 31/12/2018, devido a Companhia ter sido constituída em 24/08/2018, conforme nota explicativa nº 1. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 29/06/2020.

**3. Resumo das Principais Políticas Contábeis** – As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são resumidas a seguir: **a) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de qualquer estimativa de descontos comerciais e de impostos e contribuições. **Receita de aluguel:** As receitas de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato de arrendamento mercantil. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e não são destinados para investimento ou outros fins. São classificadas como equivalentes de caixa, tendo em vista que as aplicações financeiras são consideradas de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou resgatáveis a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de valor. **c) Contas a receber:** As contas a receber são decorrentes de contratos de arrendamentos mercantis operacionais e possuem carência de 36 meses, portanto os recebíveis são classificados no longo prazo e trazidos a valor presente para fins de apresentação. Estão apresentadas com base no valor de realização e ajustada pela expectativa de perda, quando aplicável. Dado que as contas a receber possuem carência de recebimento, conforme acima, e são substancialmente com partes relacionadas, em 31/12/2019 e 2018 nenhum ajuste de perda esperada foi registrada na demonstração do resultado. **d) Arrendamentos mercantis:** Os arrendamentos mercantis são classificados como arrendamentos mercantis operacionais quando a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para investimento, de acordo com o CPC 06 (R2). Os custos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são capitalizados e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento. **e) Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação, deduzidas das depreciações acumuladas, calculadas com base no método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado, e por perdas no valor recuperável ("impairment"). Após o reconhecimento inicial, a Administração da Companhia escolheu o modelo do custo para mensuração das propriedades para investimento, mantidas por arrendatários como ativo de direito de uso. O valor justo da propriedade para investimento é divulgado, conforme nota explicativa nº 6. A Administração da Companhia estimou a vida útil das propriedades para investimento em 70 anos. As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro decorrente da alienação. **f) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros:** As propriedades para investimento, quando aplicável, e outros ativos não financeiros, são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC), os quais correspondem a cada uma das propriedades. **g) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos da Companhia estão representados substancialmente por ativos financeiros incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações em fundos de investimentos e contas a receber de partes relacionadas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, em que os custos de transação são registrados no resultado do exercício. A mensuração subsequente dos ativos financeiros é efetuada com base no custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Classificação de ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócios da Companhia, no qual o ativo financeiro é gerenciado e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado a custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram,

em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições**

em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições**

em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições**

em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições**

em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições**

em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições**

em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições**

em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições**

em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições**

em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições**

em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições**

em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições**

em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições**

em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo

... continuação

**15. Seguros** – A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Cobertura	Vigência início	Vigência término
Danos materiais (DM)	152.922	29/09/2019	29/09/2020

**16. Transações Não Caixa** – Entre 24/08/2018 e 31/12/2018 a Companhia teve transação que não representou desembolso de caixa e, portanto, não

foi apresentada na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme abaixo: • Integralização de capital via recebimento de imóveis de seus controladores – notas explicativas nº 1 e nº 6.

**17. Eventos Subsequentes** – A sociedade mundial sofre com a pandemia pelo COVID-19, causada pela disseminação do vírus popularmente conhecido como Coronavírus, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde – OMS, o que causou a decretação de estado de emergência e calamidade

**Overlord Empreendimentos e Participações S.A.**

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da

**Overlord Empreendimentos e Participações S.A.**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Overlord Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Overlord Empreendimentos e Participações S.A. em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilida-

des éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria apropriados e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base con-

ta da economia e o quanto este cenário pode gerar eventuais efeitos futuros em suas operações, as Partes negociaram em 30/04/2020, de boa-fé e pautadas nos princípios da solidariedade e da cooperação contratual a extensão do prazo da Carência estabelecida no Contrato de Locação em período adicional de 12 meses.

**A Diretoria**

**Julio Mituo Shinzato** – Contador CRC nº 1SP 095.421/O-1

tável de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de junho de 2020.

**Deloitte Touche Tohmatsu** **Vagner Ricardo Alves**

**Auditores Independentes** Contador

CRC nº 2SP 011.609/O-8 CRC nº 1SP 215.739/O-9

**Deloitte.**

## Valor de fusões e aquisições cai para menor nível desde 2012



O valor das fusões e aquisições caiu 50% no primeiro semestre na comparação anual, para o nível mais baixo desde o auge da crise da dívida da zona do euro, devido ao impacto da pandemia de coronavírus sobre os acordos globais.

Todas as regiões foram atingidas pelo impacto econômico da Covid-19, que abalou os mercados em março e levou a paralisações das atividades em diversos países. Como isso, reuniões presenciais, vitais para os acordos de fusões e aquisições, se tornaram quase impossíveis. Pouco mais de US\$ 1 trilhão em acordos foram anunciados neste ano, o que marca o primeiro semestre mais fraco desde 2012, segundo dados compilados pela Bloomberg.

Os acordos mostraram maior desaceleração nas Américas, onde o valor dos negócios teve queda de 69% no primeiro semestre. Embora todos os grandes setores tenham sido prejudicados, o

segmento financeiro se saiu melhor do que a maioria. O setor foi impulsionado pela oferta de US\$ 30 bilhões da corretora de seguros Aon pela Willis Towers Watson, e pela proposta de US\$ 13 bilhões do Morgan Stanley para a aquisição da E\*Trade Financial. Os três principais assessores de fusões e aquisições até agora em 2020 com foco nas Américas foram o Morgan Stanley, Goldman Sachs e JPMorgan Chase, segundo dados compilados pela Bloomberg.

Acordos com alvos na Europa, Oriente Médio e África tiveram queda de 32%. As grandes transações que ajudaram a evitar um resultado mais fraco incluem a compra alavancada de US\$ 19 bilhões da unidade de elevadores da Thyssenkrupp pela Advent International e Cinven. Houve também um recente aumento da atividade no Oriente Médio, incluindo a venda de uma participação de US\$ 10,1 bilhões por Abu Dhabi em sua rede de ga-

sodutos, por enquanto a maior transação em infraestrutura do ano. Goldman Sachs, JPMorgan e Rothschild foram os assessores mais ocupados na chamada região EMEA.

A região da Ásia-Pacífico mostrou melhor desempenho. Os volumes totais caíram apenas 7%, e a maioria dos setores registrou quedas menores do que em outras partes do mundo. O segmento que inclui tecnologia, mídia e telecomunicações teve aumento de 13%, impulsionado pela unidade digital do bilionário indiano Mukesh Ambani, que atraiu US\$ 15 bilhões em investimentos de empresas como Facebook e KKR. Outra transação histórica foi venda da divisão asiática da Tesco para bilionário tailandês Dhanin Chearavanont por mais de US\$ 10 bilhões. Os bancos mais ativos em acordos na região foram o Morgan Stanley, HSBC e JPMorgan.

Bloomberg

## Tesla ultrapassa Toyota e é a fabricante mais valiosa do mundo

A Tesla ultrapassou a Toyota em capitalização de mercado e se tornou o fabricante de automóveis mais valioso do mundo nesta quarta-feira (1). As negociações do mercado financeiro norte-americano mostraram um salto de 4% nas ações da companhia de Elon Musk, com um valor de mercado avaliado em US\$ 206 bilhões, enquanto a Toyota caiu 1%, com US\$ 203 bilhões no valor de mercado.

Segundo o Business Insider, as ações da Tesla nos últimos dois pregões subiram 12%, indicando que os

investidores estão apostando alto no resultado de segundo trimestre da companhia.

Se a Tesla conseguir obter lucro no segundo trimestre, as ações da marca de carros elétricos de luxo entrarão no índice S&P 500 – o principal índice dos Estados Unidos – e a tendência é que a demanda pelas ações suba ainda mais.

Apenas neste ano, as ações da companhia já subiram mais de 170% e o protagonismo da empresa de Elon Musk no mundo automotivo indicam que o mercado de carros elétricos está ganhando ainda mais espaço.

IstoÉDinheiro





... continuação

Valquíria Empreendimentos e Participações S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Valquíria Empreendimentos e Participações S.A.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Valquíria Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Valquíria Empreendimentos e Participações S.A. em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais res-

pensabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razo-

ável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a

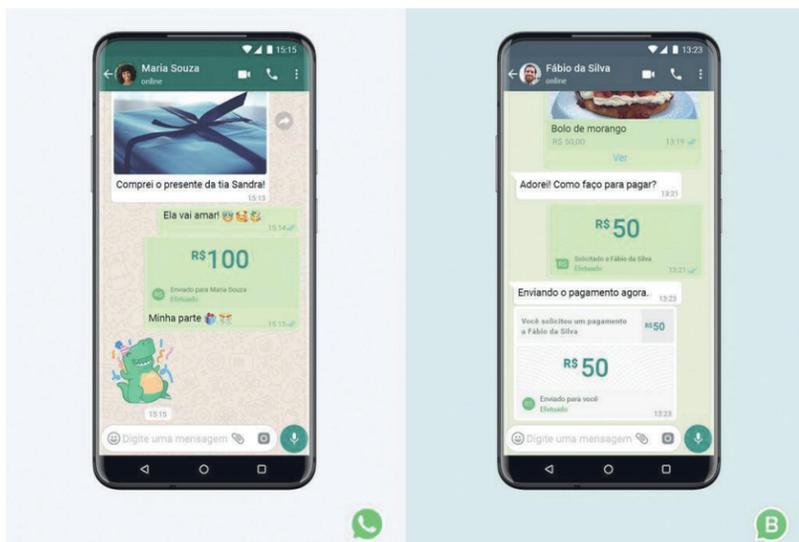
adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de junho de 2020.

Deloitte Touche Tohmatsu  
Auditores Independentes  
CRC nº 2SP 011.609/O-8Vagner Ricardo Alves  
Contador  
CRC nº 1SP 215.739/O-9

Deloitte.

## Cade libera pagamento via WhatsApp, mas volta do serviço depende de Banco Central



A Superintendência-Geral do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) atendeu o pedido do Facebook, dono do WhatsApp, e da Cielo e cancelou, nesta terça-feira (30), a suspensão do serviço de pagamentos e transferências realizados entre usuários do aplicativo.

O Cade e o Banco Central barraram o serviço na semana passada até que se esclareça a natureza do negócio.

Com a decisão do Cade, regulador da livre concorrência, abre-se caminho para que o BC, órgão de regulação do mercado financeiro, também libere o serviço. Até que isso ocorra, as transações via WhatsApp continuam suspensas.

A superintendência é a porta de entrada das empresas no Cade para reclamações de concorrentes ou pedidos de anuência ao conselho.

A decisão desta terça-feira não compromete o andamento do processo que segue em tramitação junto ao conse-

lho do Cade para avaliar se o acordo entre as empresas deveria ter sido notificado previamente, como apontaram Cade e BC em suas decisões de suspensão do serviço.

Nos bastidores, os técnicos do Cade consideravam que a chance de reversão a favor do WhatsApp era muito baixa.

No entanto, ao analisar os documentos anexados ao pedido de revisão da medida na sexta-feira (26), o superintendente-geral do Cade, Alexandre Cordeiro de Macedo, se convenceu de que a principal razão para o bloqueio do serviço estava superada.

Havia a preocupação de que a parceria, anunciada em meados de junho, fosse exclusiva entre a credenciadora Cielo, responsável pelo processamento financeiro das transferências e uma das maiores no ramo das maquininhas de pagamentos, as redes de cartões de crédito e de débito do Banco do Brasil, Nubank e Sicredi.

Segundo pessoas envolvidas nas discussões, Macedo queria garantir que o

acordo entre as duas empresas permitiria a participação de qualquer outra instituição financeira do mercado.

Na defesa ao Cade, foram apresentados contratos do WhatsApp com outras instituições financeiras que ainda não se tornaram públicas.

Diante disso, o superintendente da autarquia decidiu acatar o pedido de suspensão.

Em sua decisão, ele afirma que poderá ainda determinar nova suspensão caso novas dúvidas sobre travas à entrada de novos integrantes ao sistema.

No pedido de reconsideração da suspensão do serviço, as empresas afirmaram ainda que o acordo não prevê que, futuramente, elas passem a atuar no mercado de pagamento ou credenciamento (maquininhas), hoje nas mãos de instituições financeiras reguladas pelo BC.

Por isso, os advogados das empresas negaram a existência de uma joint venture (que exigiria notificações prévias ao BC e ao Cade).

## Embraer torna-se majoritária na empresa de cibersegurança Tempest

A Embraer anuncia investimento na Tempest Security Intelligence, tornando-se acionista majoritária. A fabricante de aeronaves brasileira já tinha participação indireta na empresa desde 2016 por meio do Fundo de Investimento em Participações (FIP) Aeroespacial, ao lado de BNDES, FINEP e Agência de Desenvolvimento Paulista (Desenvolve SP). O valor do aporte não foi revelado.

Em comunicado, a Embraer diz que a Tempest, fundada em 2000 no Recife, é a maior empresa especializada em cibersegurança do Brasil, com 300 funcionários e escritórios também em São Paulo e Londres, com cerca

de 300 clientes no Brasil, na América Latina e na Europa.

"Esta parceria é um marco para a Tempest, e estamos muito entusiasmados com os próximos passos. A robustez da Embraer vai nos ajudar a expandir essa missão para novos mercados", afirmou por meio de nota Cristiano Lincoln Mattos, CEO e sócio-fundador da Tempest, citando que o Brasil é o segundo do mundo com maior índice de crimes cibernéticos, perdendo apenas para a Rússia, de modo que as empresas brasileiras perdem até US\$ 10 bilhões por ano em crimes virtuais. A empresa seguirá de forma autônoma, mantendo marca e time.

IstoÉDinheiro



Biznews

**Torch Empreendimentos e Participações S.A.**

CNPJ/MF nº 31.469.807/0001-00

**Relatório da Administração**

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 29 de junho de 2020. A Administração

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 2018, exceto quando indicado outro período (Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)**

Balanços Patrimoniais				Demonstração do Resultado				Demonstração dos Fluxos de Caixa					
Ativo	Nota explicativa	2019		2018		Nota explicativa	2019		24/08/2018 a 31/12/2018		Nota explicativa	24/08/2018 a 31/12/2018	
		2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018			
<b>Circulante</b>													
Caixa e equivalente de caixa	4	800	2.337			9	2.317		687				
Impostos a recuperar		1				10	(843)		(258)			1.124	341
Outras contas a receber – partes relacionadas						10	1.474		429				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>813</b>	<b>2.337</b>			10	(202)		(10)				
<b>Não circulante</b>						12	1.272		419			6	843
Contas a receber – partes relacionadas	5	3.259	713			12	170		170			7	418
Propriedade para investimento	6	96.949	96.423				170					5	324
Total do ativo não circulante							14		8				
<b>Total do ativo</b>		<b>101.021</b>	<b>99.473</b>										

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						Demonstração do Resultado Abrangente			
Subscrição do capital em 24/08/2018	Nota explicativa	Capital social		Reserva de Lucros		2019	24/08/2018 a 31/12/2018		Total
		Subscrito	Integralizado	Reserva legal	Reserva de lucros acumulados		2019	31/12/2018	
Integralização de capital	8.a	99.020	6.943			1.124	341		341
Lucro líquido do exercício									
Constituição de reserva legal	8.b			17					
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c				3				
Retenção do lucro do exercício	8.c				321				
<b>Saldos em 31/12/2018</b>		<b>99.020</b>		<b>17</b>	<b>324</b>				<b>99.361</b>
Lucro líquido do exercício						1.124			1.124
Constituição de reserva legal	8.b			56		(56)			
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c				11	(11)			
Retenção do lucro do exercício					1.057	(1.057)			
<b>Saldos em 31/12/2019</b>		<b>99.020</b>		<b>73</b>	<b>1.392</b>				<b>100.485</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto Operacional** – A Torch Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 24/08/2018, por meio da integralização de capital via cessão de titularidade dos imóveis de seus controladores, conforme descrito na nota explicativa nº 6, e os atos societários de constituição foram registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 14/09/2018. A Companhia tem por objeto principal a compra e venda de imóveis, aluguel de imóveis próprio e gestão e administração de propriedade imobiliária. A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade de quotas por responsabilidade limitada e, posteriormente, transformada em sociedade por ações, conforme deliberação da Ata de Reunião de Cotistas realizada em 31/12/2018. Os imóveis próprios da Companhia estão integralmente locados a partes relacionadas nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel para Fins não Residenciais, o Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP Momentum”) e Brazil Holdings S.C.S. seus seus acionistas, detendo 80% e 20% das ações, respectivamente.

**2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standard Board – IASB”, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pelos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O exercício fiscal da Companhia corresponde ao período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. As informações de 2018, para a Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstrações do Resultado Abrangente não são comparativas com o exercício corrente, pois compreendem o período de 24 de agosto a 31/12/2018, devido a Companhia ter sido constituída em 24/08/2018, conforme nota explicativa nº 1. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração declara que todas as informações relevantes foram das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 29/06/2020.

**3. Resumo das Principais Políticas Contábeis** – As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são resumidas a seguir: **a) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de qualquer estimativa de descontos comerciais e de impostos e contribuições. **Receita de aluguel:** As receitas de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato de arrendamento mercantil. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e não são destinados para investimento ou outros fins. São classificadas como equivalentes de caixa, tendo em vista que as aplicações financeiras são consideradas de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou resgatáveis a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de valor. **c) Contas a receber:** As contas a receber são decorrentes de contratos de arrendamentos mercantis operacionais e possuem carência de 36 meses, portanto os recebíveis são classificados no longo prazo e trazidos a valor presente para fins de apresentação. Estão apresentadas com base no valor de realização e ajustada pela expectativa de perda, quando aplicável. Dado que as contas a receber possuem carência de recebimento, conforme acima, e são substancialmente com partes relacionadas, em 31/12/2019 e 2018 nenhum ajuste de perda esperada foi registrada na demonstração do resultado. **d) Arrendamentos mercantis:** Os arrendamentos mercantis são classificados como arrendamentos mercantis operacionais quando a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para investimento, de acordo com o CPC 06 (R2). Os custos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são capitalizados e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento. **e) Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação, deduzidas das depreciações acumuladas, calculadas com base no método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado, e por perdas no valor recuperável (“impairment”). Após o reconhecimento inicial, a Administração da Companhia escolheu o modelo do custo para mensuração das propriedades para investimento, mantidas por arrendatários como ativo de direito de uso. O valor justo da propriedade para investimento é divulgado, conforme nota explicativa nº 6. A Administração da Companhia estimou a vida útil das propriedades para investimento em 70 anos. As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro decorrente da alienação. **f) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros:** As propriedades para investimento, quando aplicável, e outros ativos não financeiros, são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC), os quais correspondem a cada uma das propriedades. **g) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos da Companhia estão representados substancialmente por ativos financeiros incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações em fundos de investimentos e contas a receber de partes relacionadas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, em que os custos de transação são registrados no resultado do exercício. A mensuração subsequente dos ativos financeiros é efetuada com base no custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **Classificação de ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócios da Companhia, no qual o ativo financeiro é gerenciado e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado a custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo

de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições sobre o lucro:** imposto de renda e contribuição social corrente: O imposto de renda e a contribuição social corrente é mensurado com base no regime de tributação do lucro presumido, nos termos facultados pela legislação tributária em vigor. As obrigações fiscais correntes são calculadas com base em fatores de presunção e em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social no lucro presumido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes de locação e 100% das receitas financeiras, sobre as quais é aplicada a alíquota regular de 15% acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 9% para a contribuição social. **j) Resultado por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro (prejuízo) líquido diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício somadas à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer de sua Administração o uso de julgamentos e estimativas no processo de aplicação das políticas contábeis, que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Devido à incertezas e imprecisões inerentes ao processo de escolha da melhor estimativa a ser utilizada, os resultados reais das transações podem ser diferentes dos valores estimados. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas utilizadas, com risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos, passivos, receitas e despesas no próximo período financeiro, estão relacionadas com o prazo de linearização das receitas de contratos de aluguel utilizado e com a expectativa de vida útil econômica dos imóveis para fins de reconhecimento da despesa de depreciação, ajuste ao valor presente do custo a receber, e o valor justo das propriedades de investimento para fins de divulgação. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **l) Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **m) Adoção de normas novas, alterações e interpretações de normas:** (i) Normas, interpretações e alterações de normas implementadas e adotadas pela Companhia em 01/01/2019

de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições sobre o lucro:** imposto de renda e contribuição social corrente: O imposto de renda e a contribuição social corrente é mensurado com base no regime de tributação do lucro presumido, nos termos facultados pela legislação tributária em vigor. As obrigações fiscais correntes são calculadas com base em fatores de presunção e em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social no lucro presumido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes de locação e 100% das receitas financeiras, sobre as quais é aplicada a alíquota regular de 15% acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 9% para a contribuição social. **j) Resultado por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro (prejuízo) líquido diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício somadas à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer de sua Administração o uso de julgamentos e estimativas no processo de aplicação das políticas contábeis, que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Devido à incertezas e imprecisões inerentes ao processo de escolha da melhor estimativa a ser utilizada, os resultados reais das transações podem ser diferentes dos valores estimados. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas utilizadas, com risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos, passivos, receitas e despesas no próximo período financeiro, estão relacionadas com o prazo de linearização das receitas de contratos de aluguel utilizado e com a expectativa de vida útil econômica dos imóveis para fins de reconhecimento da despesa de depreciação, ajuste ao valor presente do custo a receber, e o valor justo das propriedades de investimento para fins de divulgação. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **l) Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **m) Adoção de normas novas, alterações e interpretações de normas:** (i) Normas, interpretações e alterações de normas implementadas e adotadas pela Companhia em 01/01/2019

de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições sobre o lucro:** imposto de renda e contribuição social corrente: O imposto de renda e a contribuição social corrente é mensurado com base no regime de tributação do lucro presumido, nos termos facultados pela legislação tributária em vigor. As obrigações fiscais correntes são calculadas com base em fatores de presunção e em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social no lucro presumido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes de locação e 100% das receitas financeiras, sobre as quais é aplicada a alíquota regular de 15% acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 9% para a contribuição social. **j) Resultado por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro (prejuízo) líquido diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício somadas à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer de sua Administração o uso de julgamentos e estimativas no processo de aplicação das políticas contábeis, que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Devido à incertezas e imprecisões inerentes ao processo de escolha da melhor estimativa a ser utilizada, os resultados reais das transações podem ser diferentes dos valores estimados. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas utilizadas, com risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos, passivos, receitas e despesas no próximo período financeiro, estão relacionadas com o prazo de linearização das receitas de contratos de aluguel utilizado e com a expectativa de vida útil econômica dos imóveis para fins de reconhecimento da despesa de depreciação, ajuste ao valor presente do custo a receber, e o valor justo das propriedades de investimento para fins de divulgação. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **l) Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **m) Adoção de normas novas, alterações e interpretações de normas:** (i) Normas, interpretações e alterações de normas implementadas e adotadas pela Companhia em 01/01/2019

de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições sobre o lucro:** imposto de renda e contribuição social corrente: O imposto de renda e a contribuição social corrente é mensurado com base no regime de tributação do lucro presumido, nos termos facultados pela legislação tributária em vigor. As obrigações fiscais correntes são calculadas com base em fatores de presunção e em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social no lucro presumido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes de locação e 100% das receitas financeiras, sobre as quais é aplicada a alíquota regular de 15% acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 9% para a contribuição social. **j) Resultado por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro (prejuízo) líquido diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício somadas à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer de sua Administração o uso de julgamentos e estimativas no processo de aplicação das políticas contábeis, que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Devido à incertezas e imprecisões inerentes ao processo de escolha da melhor estimativa a ser utilizada, os resultados reais das transações podem ser diferentes dos valores estimados. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas utilizadas, com risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos, passivos, receitas e despesas no próximo período financeiro, estão relacionadas com o prazo de linearização das receitas de contratos de aluguel utilizado e com a expectativa de vida útil econômica dos imóveis para fins de reconhecimento da despesa de depreciação, ajuste ao valor presente do custo a receber, e o valor justo das propriedades de investimento para fins de divulgação. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **l) Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **m) Adoção de normas novas, alterações e interpretações de normas:** (i) Normas, interpretações e alterações de normas implementadas e adotadas pela Companhia em 01/01/2019

de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições sobre o lucro:** imposto de renda e contribuição social corrente: O imposto de renda e a contribuição social corrente é mensurado com base no regime de tributação do lucro presumido, nos termos facultados pela legislação tributária em vigor. As obrigações fiscais correntes são calculadas com base em fatores de presunção e em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social no lucro presumido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes de locação e 100% das receitas financeiras, sobre as quais é aplicada a alíquota regular de 15% acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 9% para a contribuição social. **j) Resultado por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro (prejuízo) líquido diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício somadas à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer de sua Administração o uso de julgamentos e estimativas no processo de aplicação das políticas contábeis, que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Devido à incertezas e imprecisões inerentes ao processo de escolha da melhor estimativa a ser utilizada, os resultados reais das transações podem ser diferentes dos valores estimados. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas utilizadas, com risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos, passivos, receitas e despesas no próximo período financeiro, estão relacionadas com o prazo de linearização das receitas de contratos de aluguel utilizado e com a expectativa de vida útil econômica dos imóveis para fins de reconhecimento da despesa de depreciação, ajuste ao valor presente do custo a receber, e o valor justo das propriedades de investimento para fins de divulgação. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **l) Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **m) Adoção de normas novas, alterações e interpretações de normas:** (i) Normas, interpretações e alterações de normas implementadas e adotadas pela Companhia em 01/01/2019

de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. **i) Tributos e contribuições sobre o lucro:** imposto de renda e contribuição social corrente: O imposto de renda e a contribuição social corrente é mensurado com base no regime de tributação do lucro presumido, nos termos facultados pela legislação tributária em vigor. As obrigações fiscais correntes são calculadas com base em fatores de presunção e em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social no lucro presumido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes de locação e 100% das receitas financeiras, sobre as quais é aplicada a alíquota regular de 15% acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 9% para a contribuição social. **j) Resultado por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro (prejuízo) líquido diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício somadas à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer de sua Administração o uso de julgamentos e estimativas no processo de aplicação das políticas contábeis, que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Devido à incertezas e imprecisões inerentes ao processo de escolha da melhor estimativa a ser utilizada, os resultados reais das transações podem ser diferentes dos valores estimados. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas utilizadas, com risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos, passivos, receitas e despesas no próximo período financeiro, estão relacionadas com o prazo de linearização das receitas de contratos de aluguel utilizado e com a expectativa de vida útil econômica dos imóveis para fins de reconhecimento da despesa de depreciação, ajuste ao valor presente do custo a receber, e o valor justo das propriedades de investimento para fins de divulgação. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **l) Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **m) Adoção de normas novas, alterações e interpretações de normas:** (i) Normas, interpretações e alterações de normas implementadas e adotadas pela Companhia em 01/01/2019

de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. **h) Passivos circulante e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma

... continuação

Torch Empreendimentos e Participações S.A.

realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as deci-

sões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas

até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 29 de junho de 2020.  
**Deloitte Touche Tohmatsu Wagner Ricardo Alves**  
Auditores Independentes Contador  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 215739/O-9 **Deloitte.**

## Os shoppings reabriram, mas as vendas caíram até 90%. E agora?



Grande parte dos shoppings passou de dois a três meses com as portas fechadas. Agora, na reabertura, as vendas estão longe de recuperar o volume de antes da pandemia. A crise econômica, que reduziu os gastos das famílias, as restrições de fluxo e o receio dos consumidores de ir ao shopping reduziram as vendas nessas lojas. Vendedores, que já estavam pressionados pela queda nas vendas, agora sofrem para pagar o aluguel, congelado durante a quarentena.

O faturamento caiu 90% para cerca de um terço (32%) dos comerciantes do estado de São Paulo, em virtude do contexto da pandemia do coronavírus, segundo um levantamento feito pela Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop), entre os dias 24 e 26 de junho. O valor obtido pelas vendas foi diminuído em até 80% para 41% dos lojistas e em

até 70% para 24% deles. A entidade representa empresários que respondem por 4.000 pontos comerciais, espalhados por todo o país.

São 105.000 lojas em 577 shoppings no Brasil, com 1,5 milhão de empregos diretos. Segundo Nabil Sahyoun, presidente da Alshop, o setor já viu 120.000 demissões e o fechamento de 12 a 13.000 lojas desde o início da quarentena.

Os shoppings na capital paulista foram autorizados a reabrir no dia 11 de junho, mas com uma série de restrições. Para as lojas de rua, ficou determinado que devem funcionar entre 11h e 15h, enquanto as de shoppings podem optar por abrir as portas no período de 6h às 10h ou de 16h às 20h. Praças de alimentação, cinemas, salões de estética e outros serviços não estão funcionando. Para Sahyoun, isso atrapalha o funcionamento dos shoppings, e os tornam menos atraentes para

consumidores. “O shopping está debilitado, com horário restrito e outros serviços que não funcionam. Se continuar com prejuízo, muito lojista vai pular fora”, afirma

Para o presidente da associação, os shoppings são seguros, pela quantidade de protocolos de segurança – mais do que centros de compras mais abarrotados, como a tradicional rua de comércio 25 de Março, no centro da cidade. “Existe estacionamento, álcool em gel na entrada, sinalização no piso, separação nos caixas, etc”, diz.

De acordo com a Alshop, as lojas de shopping em São Paulo abertas por um período de oito horas estão vendendo de 35% a 40% do que vendiam no ano passado. Já entre as lojas abertas por um período mais restrito de quatro horas, caso de 53 empreendimentos em São Paulo, o faturamento dos lojistas é de apenas 15 a 20% do valor do ano passado.

Exame

## Bolsa fecha em alta de 1,21%, com foco em vacina e dados dos EUA

O Ibovespa iniciou o novo mês com desempenho superior ao de Nova York, estendendo o padrão diário de idas e vindas que tem essencialmente trancado o índice na faixa estreita de 95-96 mil pontos desde a segunda quinzena de junho, nos melhores momentos chegando a superar a marca de 97 mil no intradía, mas sem conseguir sustentá-la nos fechamentos – isoladamente, no último dia 8, foi aos 97.644,67 naquele encerramento, o melhor desde 6 de março (97.996,77 pontos). Ainda assim, mesmo com a perda de fôlego observada nas últimas semanas, foi o melhor mês de junho desde o ano 2000, quando o Ibovespa registrou ganho de 11,84% no período.

Nesta quarta-feira, com nova rodada de otimismo sobre a possibilidade de vacina contra Covid-19 e de recepção positiva a novos dados de emprego nos EUA, o Ibovespa fechou em alta de

1,21%, aos 96.203,20 pontos, tendo oscilado entre mínima de 95.061,62 e máxima de 96.851,75 pontos, com giro financeiro a R\$ 28,1 bilhões. Na semana, avança agora 2,52% e limita as perdas do ano a 16,81%. O dia foi de retomada do apetite por risco, com o dólar spot em baixa de 2,24% no fechamento e o CDS de cinco anos do Brasil no menor nível desde 10 de junho, no começo da tarde.

Após ganhos de 8,76% em junho, de 8,57% em maio e de 10,25% em abril, a extensão da retomada desde o tombo de 29,90% em março segue como questão-chave para os investidores, em um contexto de disponibilidade de liquidez no mundo e de Selic em mínima histórica no Brasil – como pano de fundo, incerteza quanto ao grau de retomada da atividade em meio à possibilidade de uma segunda onda do novo coronavírus

IstoÉDinheiro



**Staligrado Empreendimentos e Participações S.A.**

CNPJ/MF nº 35.505.720/0001-93

**Relatório de Administração**

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.

São Paulo, 29 de junho de 2020. A Administração

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se mencionado de outra forma)**

Balanço Patrimonial		Demonstração do Resultado		Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Ativo	Nota explicativa	2019	Nota explicativa	2019	Nota explicativa
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalente de caixa	4	13.503	Receita líquida	10	3.088
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>13.503</b>	Custo dos serviços prestados	11	(290)
			<b>Lucro bruto</b>		<b>2.798</b>
			Despesas gerais e administrativas	11	(66)
			<b>Resultado operacional</b>		<b>2.732</b>
<b>Não circulante</b>			Resultado financeiro	13	66
Depósitos judiciais		234			66
Contas a receber – partes relacionadas	5	3.232	<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>2.798</b>
Propriedade para investimento	6	141.164	<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(374)</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>144.630</b>	<b>Lucro líquido do período</b>		<b>2.424</b>
			<b>Lucro líquido por ações (Média ponderada do período – R\$)</b>		<b>2.424</b>
			Básico e diluído	14	0,02
<b>Total do ativo</b>		<b>158.133</b>	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		
			<b>Demonstração do Resultado Abrangente</b>		
				30/09/2019	
				a 31/12/2019	
			<b>Lucro do período</b>		<b>2.424</b>
			Outros resultados abrangentes		–
			<b>Resultado abrangente do período</b>		<b>2.424</b>
			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		
			<b>4. Caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2019</b>
			Aplicações financeiras (*)		13.503
			<b>Total</b>		<b>13.503</b>
			(*) Aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e insignificante risco de mudança no valor. Estão representadas por investimentos em títulos de renda fixa de emissão privada, com remuneração média de 81% a 89% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.		
				2019	
			<b>5. Contas a receber – Partes relacionadas</b>		<b>2019</b>
			Walmart Brasil Ltda. (a)		3.437
			(-) Ajuste a valor presente		(205)
			<b>Total</b>		<b>3.232</b>
			Não Circulante		3.232
			<b>Total</b>		<b>3.232</b>
			(a) Contratos de locação de imóveis das lojas Walmart de São José do Rio Preto, Franca, Campos dos Goytacazes, Itui, Jacareí, Assis e Indaiatuba. Os contratos de arrendamento mercantis são atualizados anualmente com base na variação do IPCA e não existem cláusulas de recebimentos contingentes. Os valores dos aluguéis normalmente são recebidos até o 5º dia útil do mês subsequente, sendo que foram concedidos inicialmente aos arrendatários um prazo de carência de 24 meses a contar da data do contrato, inicialmente assinado em 30/09/2018 com empresas relacionadas, que ora foram transferidos para a Companhia via cessão de titularidade realizada em outubro de 2019, mantendo-se todas as condições inicialmente negociadas. Porém, em 30/04/2020 as Partes negociaram, de boa-fé e pautadas nos princípios da solidariedade e da cooperação contratual a extensão do prazo da Carência estabelecido no Contrato de Locação em período adicional de 12 meses, portanto o prazo de carência atualizado é de 36 meses. <b>Contratos de aluguel:</b> Os contratos de aluguel com partes relacionadas foram negociados com prazo de 240 meses, com direito à renovação automática por mais 3 períodos consecutivos de 240 meses. Para fins de linearização das receitas de aluguel, a Companhia utilizou com base um período de 480 meses. Os aluguéis mínimos futuros (sem o ajuste a valor presente) a receber para os contratos de locação vigentes em 31/12/2019 são resumidos a seguir:		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Capital social		Reserva de lucros		Lucros acumulados	
Subscrição do capital em 30 de setembro de 2019	Nota explicativa	Subscrito	Integralizado	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Integralização de capital	1	155.204	(155.204)	–	–	–	155.204
Lucro líquido do período	8.a	–	155.204	–	–	–	2.424
Constituição de reserva legal	8.b	–	–	121	–	(121)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	–	–	–	–	23	–
Retenção do lucro do período		–	–	–	–	2.280	(2.280)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>155.204</b>	<b>–</b>	<b>121</b>	<b>–</b>	<b>2.303</b>	<b>–</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto operacional** – A Staligrado Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 30/09/2019, por meio da integralização de capital via cessão de titularidade dos imóveis que foram cindidos do capital de empresas relacionadas, de seus controladores, conforme descrito na nota explicativa nº 6, e os atos societários de constituição foram registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 13/11/2019. A Companhia tem por objeto principal a compra e venda de imóveis, aluguel de imóveis próprio e gestão e administração de propriedade imobiliária. Os imóveis próprios da Companhia estão integralmente locados a partes relacionadas nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel para Fins não Residenciais. O Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP Momentum") e Brazil Holdings S.C.S. são seus acionistas, detendo 80% e 20% das ações, respectivamente.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standard Board – IASB", pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pelos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Essas são as primeiras informações financeiras apresentadas pela Companhia desde a sua constituição. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 29/06/2020.

**3. Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são resumidas a seguir: **a) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de qualquer estimativa de descontos comerciais e de impostos e contribuições. **Receita de aluguel:** As receitas de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato de arrendamento mercantil. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e não são destinados para investimento ou outros fins. São classificados como equivalentes de caixa, tendo em vista que as aplicações financeiras são consideradas de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou resgatáveis a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de valor. **c) Contas a receber:** As contas a receber são decorrentes de contratos de arrendamentos mercantis operacionais e possuem carência de 36 meses, portanto os recebíveis são classificados no longo prazo e trazidos a valor presente para fins de apresentação. Estão apresentadas com base no valor de realização e ajustada pela expectativa de perda, quando aplicável. Dado que as contas a receber possuem carência de recebimento, conforme acima, e são substancialmente com partes relacionadas, em 31/12/2019 nenhum ajuste de perda esperada foi registrada na demonstração do resultado. **d) Arrendamentos mercantis:** Os arrendamentos mercantis são classificados como arrendamentos mercantis operacionais quando a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para investimento, de acordo com o CPC 06 (R2). Os custos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são capitalizados e reconhecidos ao longo do prazo do investimento. **e) Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação, deduzidas das depreciações acumuladas, calculadas com base no método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado, e por perdas no valor recuperável ("impairment"). Após o reconhecimento inicial, a Administração da Companhia escolheu o modelo do custo para mensuração das propriedades para investimento, mantidas por arrendatários como ativo de direito de uso. O valor justo da propriedade para investimento é divulgado, conforme nota explicativa nº 6. A Administração da Companhia estimou a vida útil das propriedades para investimento em 70 anos. As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro decorrente da alienação. **f) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros:** As propriedades para investimento, quando aplicável, e outros ativos não financeiros, são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do período. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC), os quais correspondem a cada uma das propriedades. **g) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos da Companhia estão representados substancialmente por ativos financeiros incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações em fundos de investimentos e contas a receber de partes relacionadas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, em que os custos de transação são registradas no resultado do período. A mensuração subsequente dos ativos financeiros é efetuada com base no custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **Classificação de ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócios da Companhia, no qual o ativo financeiro é gerenciado e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado a custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • E mantido dentro de

Norma	Descrição	Impacto nas demonstrações financeiras
CPC 06 (R2)/IFRS16- Arrendamento	Requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do CPC 06 (R2)/IFRS16 e concluiu que sua adoção não tem impacto nas demonstrações financeiras.
IFRIC23/ICPC 22- Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda	A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da CPC 32/IAS12, e não se aplica a impostos ou excês alheias ao âmbito da CPC 32/IAS12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do IFRIC23 e entende que sua adoção não tem impacto relevante nas demonstrações financeiras.

A Diretoria

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Julio Mituo Shinzato – Contador CRC nº 1SP 095.421/O-1

Aos Administradores e Acionistas da **Staligrado Empreendimentos e Participações S.A.** Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Staligrado Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 30 de setembro (data de constituição) a 31/12/2019, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Staligrado Empreendimentos e Participações S.A. em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 30 de setembro a 31/12/2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

continua ...

... continuação

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis

utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou

**Stalingrado Empreendimentos e Participações S.A.**

incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os

responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de junho de 2020

**Deloitte Touche Tohmatsu**  
Auditores Independentes  
CRC nº 2SP 011.609/O-8

**Vagner Ricardo Alves**  
Contador  
CRC nº 1SP 215.739/O-9

**Deloitte.**

## Com a pandemia, o supermercado vai para dentro de condomínios



Em tempos de pandemia, a casa ganhou outras funcionalidades. Virou escritório, academia, cinema, por exemplo. A transformação foi rápida para que todos, mesmo confinados, pudessem manter a vida dentro de uma certa normalidade. Agora a casa pode ser também a própria loja física do supermercado.

Em meados do mês, a rede de supermercados Hirota inaugura duas lojas em áreas comuns de dois condomínios residenciais em São Paulo. Totalmente automatizada e sem a presença de gente, a loja vai funcionar dentro de um contêiner adaptado, inclusive com uma parte refrigerada e vitrine. A intenção é fazer dessa pequena loja uma espécie de despensa, o lugar da casa onde os antigos guardavam os mantimentos.

Batizado de Hirota Express em Casa, o modelo de loja terá dois tamanhos: 15 e 30 metros quadrados.

Em média, serão oferecidos 500 itens, entre alimentos, bebidas, artigos de higiene e limpeza, frutas, verdura, legumes e itens refrigerados, como carnes e pratos prontos.

Por meio de um aplicativo, o cliente cadastra a biometria ou QRCode. Essas serão as chaves para abrir a porta da loja. Dentro, escolhe os produtos e paga no cartão, após passar as compras pelo self check-out. Todo o ambiente é filmado. “Não há contato humano”, diz Freddi. Duas vezes na semana, o funcionário repõe itens e limpa a loja.

Eduardo Terra, presidente do Sociedade Brasileira de Varejo, diz que o modelo de negócio é inovador. “A pandemia criou uma jornada de consumo diferente: ao invés de as pessoas irem à loja, a loja vai até elas.” Isso funcionou inicialmente com a aceleração do e-commerce e da venda por meio de aplicativos de entrega. Agora a loja den-

tro de condomínios faz todo sentido, argumenta. “Aquele jornada do consumidor saindo de casa, pegando elevador e ônibus, virou a vilã da contaminação no momento.”

O projeto só é viável, segundo Terra, por causa da tecnologia, que eliminou o maior custo: o gasto com a mão de obra. O desafio é acertar no mix de produtos e no preço, alerta.

“Há três supermercados de rede na vizinhança e essa loja não pode ter preços muito altos”, diz Roberto Aiolo Strovieri, síndico de um dos condomínios.

Com três torres, o condomínio de classe média que fica no Tatuapé tem 350 apartamentos e mil moradores, dos quais 30% são idosos. Pelo contrato, o supermercado vai pagar ao condomínio 2% da venda mensal da loja, estimada em R\$ 50 mil. O síndico diz que a receita extra vai ajudar nas despesas.

IstoéDinheiro

## Facebook diz que dará prioridade a notícias com fontes de informação identificadas

Facebook dará prioridade a artigos com base em informações em primeira mão e escritos por jornalistas identificados, anunciou nesta terça-feira (30) o gigante das redes sociais.

“Hoje, estamos atualizando a forma como as notícias são classificadas no Feed de notícias para priorizar reportagens originais e histórias com autoria transparente. Esses sinais são baseados em pesquisas com usuários e foram construídos com feedback de editores de notícias e especialistas acadêmicos. Eles se aplicam apenas ao conteúdo de notícias”, disse o Facebook em comunicado.

“Priorizaremos artigos no Feed de notícias que identificarmos como originais de uma história ou tópico em desenvolvimento. Faremos isso analisando grupos de artigos sobre um tópico específico da história e identificando os mais citados como fonte original. Começaremos identificando os relatórios originais

nas notícias em inglês e faremos o mesmo com as notícias em outros idiomas no futuro.”

A empresa disse que também começou a rebaixar o conteúdo de notícias de sites que não têm informações transparentes sobre a equipe editorial.

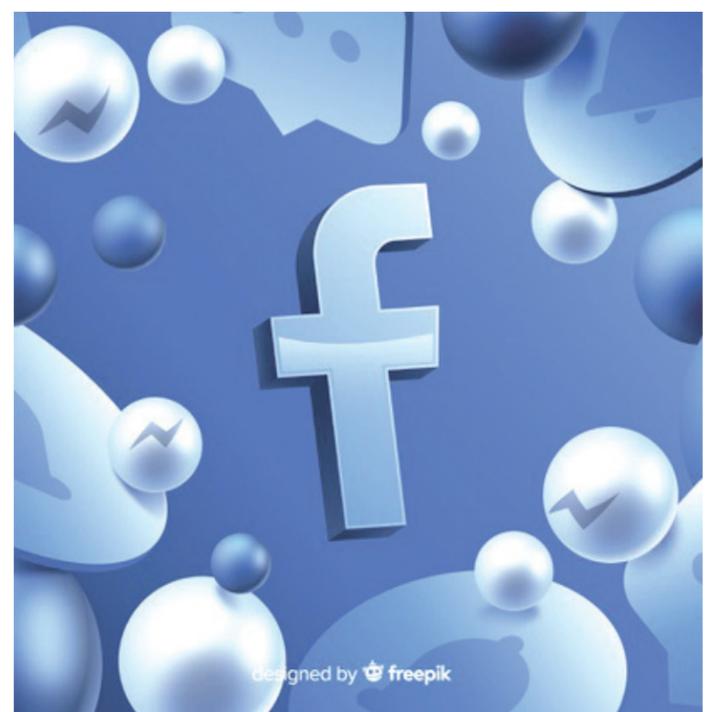
Quando diferentes postagens sobre as mesmas notícias forem publicadas, o algoritmo identificará a que “cita a fonte da informação com maior frequência” e a colocará no topo.

No entanto, o Facebook esclareceu que a escolha do usuário continuará tendo prioridade.

“A maioria das notícias que as pessoas veem no Feed de notícias é de fontes que eles ou seus amigos seguem e isso não muda”, afirmou o Facebook.

Segundo a empresa, a definição sobre conteúdo original é complexa, por isso, continuará trabalhando com editores e acadêmicos para refinar essa abordagem ao longo do tempo.

Folhapress



designed by freepik

## Negócios

### Amazon vale US\$ 415 bi após a pandemia; veja as 10 marcas mais valiosas



A pandemia impulsionou empresas que apostam na digitalização como parte essencial de seus serviços. É o que mostra o levantamento anual da consultoria Kantar, intitulado Brandz Top 100, que divulga as companhias mais valiosas do mundo. A Amazon ganhou mais de 130 bilhões de dólares em valor de mercado após o coronavírus, figurando no topo do ranking.

Empresas que buscam tecnologias disruptivas para melhorar a experiência digital dos consumidores também subiram no ranking. É o caso da Mastercard, que segundo a Kantar se mostrou “resiliente” e neste ano figura como a 10ª companhia mais valiosa do mundo. A Visa (5º) reforça esta tendência.

Mudança na cultura corporativa, sistemas abertos e crescimento dos negócios na nuvem ajudaram a Microsoft a ultrapassar a Google no ranking, que perdeu receita com anúncios durante a pandemia.

Cinco empresas entraram para o ranking das 100 mais valiosas, entre elas

a chinesa Tik Tok, aplicativo de vídeos curtos.

Outros destaques do estudo mostram como a reinvenção das empresas e o investimento em tecnologias se tornaram ainda mais valiosos após a pandemia. A rede de pizzarias Domino’s liderou a categoria de aumento de valor de mercado, com 12% de ganhos. A estratégia envolve entregas mais rápidas com pizzas ainda quentes.

Por outro lado, o estudo mostra que, embora as empresas de tecnologia tenham muita força, problemas envolvendo o uso de dados de usuários levaram à perda de valor pelo Facebook.

**1º – Amazon**  
Valor de mercado: 415 bilhões de dólares  
Variação sobre 2019: +32%

**2º – Apple**  
Valor de mercado: 352,2 bilhões de dólares  
Variação sobre 2019: +14%

**3º – Microsoft**  
Valor de mercado: 326,5 bilhões de dólares  
Variação sobre 2019: +30%

**4º – Google**  
Valor de mercado: 323,6 bilhões de dólares  
Variação sobre 2019: +5%

**5º – Visa**  
Valor de mercado: 186,8 bilhões de dólares  
Variação sobre 2019: +5%

**6º Alibaba**  
Valor de mercado: 152,5 bilhões de dólares  
Variação sobre 2019: +16%

**7º – Tencent**  
Valor de mercado: 150,9 bilhões de dólares  
Variação sobre 2019: +15%

**8º – Facebook**  
Valor de mercado: 147,1 bilhões de dólares  
Variação sobre 2019: -7%

**9º – McDonald’s**  
Valor de mercado: 129,3 bilhões de dólares  
Variação sobre 2019: -1%

**10º – Mastercard**  
Valor de mercado: 108,1 bilhões de dólares  
Variação sobre 2019: +18%

### Dona da Dudalina tem prejuízo de R\$ 47 mi pelo coronavírus

A Restoque, dona das marcas Le Lis Blanc, Dudalina e Rosa Chá, estava no meio de um processo de recuperação. No ano passado, a companhia de vestuário de moda buscou eliminar conflitos entre canais de venda e reduziu de forma expressiva as vendas promocionais e liquidações.

Parecia que o plano estava dando certo. O desconto médio caiu 6% e o período de liquidação, em dias, ficou 21% menor. As peças enviadas para outlets também foram reduzidas em 26%. No período antes da quarentena, do começo do ano até 11 de março, a receita aumentou 7% e o número de clientes 20%.

No entanto, com a pandemia do novo coronavírus e

o fechamento de lojas, a empresa teve prejuízo e pediu uma recuperação extrajudicial para renegociar até 1,4 bilhão de reais em dívida. O prejuízo líquido ajustado foi de 47,2 milhões de reais. Considerando medidas sem efeito caixa, o prejuízo foi de 1,4 bilhão de reais.

Ao meio dia, a ação estava em queda de 0,28%. Desde o começo do ano, a ação perdeu 60% de seu valor.

São 252 lojas próprias, além de distribuir seus produtos por meio de 31 outlets e 1.500 lojas multimarca. A empresa afirma contar com 550.000 clientes ativos e deter 5% de participação no varejo de vestuário.

Exame



### Vacina experimental para covid da Pfizer e BioNTech mostra resultados positivos

Um estudo preliminar publicado nesta quarta-feira, 1, pelo MedRXiv aponta que a vacina experimental contra a covid-19 desenvolvida pela Pfizer em parceria com a BioNTech apresentou resultados positivos, com importantes respostas imunes em adultos saudáveis entre 18 e 55 anos. O MedRXiv é uma plataforma que dis-

ponibiliza estudos ainda não revisados ou publicados por revistas especializadas.

Apesar da verificação de uma resposta imune, efeitos colaterais como febre, dor de cabeça e fadiga foram relatados em ao menos 50% dos pacientes que receberam uma segunda dose. Os sintomas se manifestaram, geralmente de forma leve e transitória. “A maioria das reações atingiu o pico dois dias após a aplicação da vacina e foi dissipada no sétimo dia”, diz o estudo, que envolve, além das empresas citadas, especialistas das Universidades de Nova York, de Maryland, do Texas, nos EUA, e outros centros de pesquisa.

IstoÉDinheiro